

STUART B. SCHWARTZ  
SEBASTIÃO INTERVOS  
SR. GOLBYVA DAS LETRAS, 1988

## UM NEGÓCIO NOBRE: LUCROS E CUSTOS

8

*A lavoura, reparação e plantio das doces e domésticas canas de que o açúcar é feito é a atividade mais laboriosa e cara jamais descoberta na terra, e a mais difícil e, ao mesmo tempo, engenhosa [...] não há modo de começar sem uma grande e considerável despesa, em instalação e nas iniciais repostições em todos os aspectos.*

Discurso preliminar (c. 1789)

Qualquer que fossem os privilégios sociais e políticos ou o status proporcionados pela posse de um engenho e de escravos — e, como veremos, eles eram consideráveis — a atividade açucareira era o que era, um negócio. Os engenhos e os canaviais a eles relacionados eram operados como empresas, reagindo a lucros e perdas e sensíveis às alterações do mercado. As questões essenciais que devemos abordar são as que se apresentavam aos próprios senhores de engenho: quanto custava estabelecer um engenho? De quem se poderia obter o capital inicial? Qual era o custo operacional anual, e qual o retorno sobre o investimento? Todas parecem indagações simples, mas questões contábeis, mas nelas reside o problema. O material necessário para responder a muitas delas não existe. Com poucas e notáveis exceções, não há documentação para os engenhos individualmente. Os registros notariais, embora mais numerosos, são esparsos, fragmentários e muitas vezes omissos em aspectos importantes. Finalmente, como problema geral, as práticas contábeis do período estudado continuamente misturavam gastos correntes com aquisições de estoque de capital, disso resultando confusão e permanente incapacidade de calcular os lucros. Reconhecendo todas essas limitações, neste capítulo procuraremos elaborar algumas respostas às principais questões quanto às características de um engenho na Bahia colonial.

Para compreendermos a natureza do engenho de açúcar na Bahia, podemos abordar inicialmente dois aspectos. Primeiro, como vimos no Capítulo 1, a economia açucareira brasileira, desde seus primórdios, caracterizou-se pela presença de um grande número de indivíduos que plantavam a cana mas moravam em um engenho próximo. Esses lavradores de cana eram, em essência, senhores de engenho em potencial; embora seu objetivo fosse possuir um engenho, nem todos, ou nem mesmo muitos deles, podiam realisticamente esperar a consecução. Não obstante, constituíam uma classe importante e numerosa. Em certas épocas, o Engenho Sergipe contou com 25 lavradores dependentes que forneciam cana. Entretanto, para a maior parte do período colonial, um número médio mais próximo da realidade é entre três e quatro desses lavradores por engenho.<sup>1</sup> Durante a se-

gunda metade do século XVIII, houve aproximadamente de setecentos a oitocentos lavradores de cana no Recôncavo.<sup>2</sup>

Portanto, estruturalmente, o engenho consistia na propriedade principal, que normalmente incluía alguns canaviais em suas próprias terras, mas que também dependia da cana fornecida por lavradores ligados ao engenho, alguns dos quais eram moiradores, parceiros ou arrendatários, e outros que eram proprietários independentes. Os senhores de engenho tinham de calcular os custos relativos de usar os dependentes como parte das operações do engenho e comparar esses custos com as vantagens de dividir os riscos e as despesas do plantio com outros produtores. A calamidade provocada por uma safra ruim ou uma queda de preços não recia, assim, apenas sobre o senhor de engenho, mas era compartilhada por seus lavradores. Estes, por sua vez, estavam dispostos a correr tais riscos porque a cultura da cana podia ser lucrativa e porque eles próprios aspiravam à posição de senhor de engenho e às vantagens que ela proporcionava. A economia da posse de um engenho, porém, era de natureza um tanto diferente da de um canavial, e deve ser examinada separadamente.

O segundo aspecto que complica a análise da condução de um engenho na Bahia é a escassez de moeda circulante na economia, problema esse tanto naquela região como em todo o Império português. A própria metrópole frequentemente sofria com a carência de moeda metálica e, após o século XVI, dependeu do fornecimento espanhol de prata da América. Quando esse suprimento começou a minigar, em meados do século XVII, ocorreu uma grave escassez monetária. No Brasil, a situação foi ainda mais difícil.<sup>3</sup> Embora no século XVI ainda não houvesse na colônia uma casa da moeda, o acesso à prata peruana era conseguido por contrabando com Buenos Aires. Esse fluxo sofreu interrupção na década de 1620 e estancou-se na de 1640. Tal suspensão acentuou o declínio do comércio colonial no decênio de 1670, criando uma severa escassez monetária no Brasil. Portugal, com insuficiência de produtos coloniais que compensassem seu déficit comercial, viu sua moeda esgotar-se. Por volta de 1675, cerca de um terço do comércio exterior português era pago em moeda corrente. A desvalorização monetária de 20%, instituída entre 1686 e 1688, visava a deter a saída de moeda do Império. No Brasil, o problema manifestou-se com uma falta de sangue nas veias do comércio. Após 1640, os habitantes apresentaram petições para que a moeda circulante do Brasil fosse desvalorizada, de modo a impedir seu fluxo para Portugal, ou, se isso não funcionasse, que se procedesse à cunhagem de moeda brasileira própria. Em 1670, o governador-geral, em resposta à pressão local, escreveu à Coroa que "este país está sendo perdido por falta de dinheiro".<sup>4</sup> A solução, para ele, era o comércio com a América espanhola, e em certa medida, a criação da Colônia do Sacramento, às margens do rio da Prata, foi uma reação à escassez de moeda. As expedições patrocinadas pelo governo acabaram por conduzir às descobertas auríferas em Minas Gerais, no final da década de 1690, mas os senhores de engenho protestaram que o ouro ia diretamente dos mineiros para os comerciantes, estimulando a inflação e piorando ainda mais a situação da agricultura.<sup>5</sup>

Portanto, o "dinheiro de contado" foi, via de regra, escasso no Brasil, e muitas transações foram realizadas através de várias formas de crédito. Como os comerciantes cobravam um ágio por essas operações, os senhores de engenho consideravam a falta de moeda uma razão fundamental para seu endividamento e procuravam continuamente modos de alisar as condições que a causavam. Em 1692, o governador Câmara Coutinho escreveu na Bahia: "O Brasil [...] de presente fica com a candeia na mão, e com poucas ou nenhuma esperanças de remédio [...] porque lhe falta a moeda que é o essencial: com que todos os pagamentos estão parados, o açúcar nos trapiches, sem haver quem os compre, e os senhores deles como devem mais do que têm [...] cada um chora e não sabe por que [...] tão falto de moeda que não têm com que comprar gênero nenhum".<sup>6</sup> A desvalorização monetária em Portugal incentivou o retorno à Europa do fluxo de moeda brasileiro e elevou os preços das importações na colônia. A Casa da Moeda, estabelecida temporariamente na

Bahia (1694-8) e transferida para o Rio de Janeiro, trouxe pouco alívio. Durante todo o século XVIII, os habitantes da colônia procuraram amenizar seu endividamento com o aumento do estoque de moeda.

#### CAPITAL E CRÉDITO

O crédito, portanto, fundamentou a organização da economia açucareira no Brasil, como já fizera e faria mais tarde com outras agriculturas de exportação.<sup>7</sup> Os contratos de venda e arrendamento geralmente estabeleciam pagamentos em prazos prolongados ou em espécie, ou ainda diferiam o pagamento até a época da safra (quando, presumivelmente, o devedor disporia de dinheiro). O acesso ao crédito era mais importante do que o dinheiro em caixa. Em 1781, estimava-se que um indivíduo podia adquirir um engenho e iniciar as operações com apenas um terço do capital necessário, obtendo o restante com comerciantes ou instituições emprestadoras.<sup>8</sup>

De onde vinham o capital e o crédito aplicados na atividade açucareira? No século XVI, pelo menos parte dos fundos provinha de investidores estrangeiros, flamengos ou italianos, ou da própria metrópole. Porém, no século seguinte, esse padrão parece ter se tornado menos importante, se não desaparecido. Não existem estudos longituais que nos permitam delinear as mudanças no acesso ao capital, contudo o trabalho de Rae Flory para o período 1680-1725 fornece valiosas informações e sugestões quando combinado a outras fontes.<sup>9</sup> Desde o início, os senhores de engenho dependeram do crédito para iniciar as operações, pagar as despesas e custear a expansão de suas atividades. A quantia emprestada era normalmente em torno de 400 a 800 mil-réis, mas havia até mesmo empréstimos de 4 contos de réis.<sup>10</sup> Os créditos eram frequentemente concedidos para fins específicos, como "comprar um partido", ou "abastecer um engenho". Em troca do dinheiro, o devedor normalmente comprometia-se a pagar o principal dentro de um certo período e a uma taxa predeterminada. Os emprestadores particulares pareciam preferir empréstimos de curto prazo, pagáveis em um ou dois anos, ao passo que as instituições concediam crédito por prazos mais longos. Às vezes requeria-se a assinatura e fiadores nos contratos.

Para o período de 1680 a 1715, Flory analisou trezentos contratos de empréstimo, dos quais os senhores de engenho (61) e lavradores de cana (61) constituíram 41% dos tomadores e receberam cerca de 52% do crédito concedido. Comerciantes ou comerciantes-senhores de engenho compuseram outro grupo significativo, perfazendo 21% dos mutuários e recebendo 22% do capital emprestado.

Os empréstimos ao setor açucareiro em geral eram garantidos por bens imóveis, como engenhos, canaviais ou casas, de modo que a propriedade como um todo tornava-se, em essência, hipotecada. Como já vimos, tal situação existia porque as ações políticas dos senhores de engenho conduziram a leis que os protegiam de execução hipotecária parcial de suas propriedades.<sup>11</sup> Porém, como o valor de um engenho ou de um canavial geralmente excedia o valor do crédito, muitas vezes mais de um empréstimo possuía como garantia a mesma propriedade, o que acarretava dificuldades intermináveis para os credores que tentavam cobrar dívidas em atraso.<sup>12</sup> As restrições da Igreja à usura estabeleciam o máximo de 6,25% para a taxa legal de juros, esta permaneceu nesse nível até 1757, quando, em uma tentativa de estimular a economia açucareira e atender às queixas dos senhores de engenho, foi baixada para 5%. Entretanto, embora as instituições emprestadoras aparentemente aceitassem esse teto, os emprestadores particulares encontravam formas de aumentar a taxa de retorno do dinheiro a crédito. A técnica mais popular entre os comerciantes era conceder o crédito com base na próxima safra, a um preço abaixo do esperado para o açúcar. Um exemplo de como funcionava esse expediente é o contrato firmado em 1698 entre o magnata financeiro João Matos de Aguiar e o capitão Pedro da Silva Daltro. O credor emprestou 140 mil-réis em dinheiro, a 4% de juros, contra a hipoteca de uma fazenda

de cana. O empréstimo deveria ser pago totalmente em açúcar à época da chegada da frota no ano seguinte, e esse açúcar seria avaliado a um preço abaixo do da praça.<sup>13</sup>

As fontes de crédito na Bahia eram várias. Advogados, clérigos, artesãos e senhores de engenho emprestavam dinheiro, mas, as duas principais fontes de crédito eram, de longe, as instituições e os comerciantes. Antes de 1808 não havia bancos no Brasil e, assim, as instituições religiosas de diversos tipos constituíam-se nos principais emprestadores. As Ordens religiosas adotavam essa prática. Em 1660, cerca de um sexto da renda dos beneditinos era derivada de juros sobre empréstimos. Irmandades como a Ordem Terceira de São Francisco, a Ordem Terceira do Carmo e outras também eram credoras. O Convento de Santa Clara do Desterro, das Carmelitas Descalças, era outra fonte de fundos, porém a mais importante dessas instituições emprestadoras na Bahia era a Irmandade beneficente da Misericórdia, que, sozinha, respondeu por mais de um quarto do crédito concedido na amostra de Flory. A Misericórdia incluía entre seus munuários algumas das pessoas mais abastadas e influentes da capitania, muitas das quais eram também confrades da própria instituição e frequentemente membros de seu conselho diretivo.<sup>14</sup> Em 1694, a Misericórdia havia concedido créditos totalizando mais de 103,288\$000, o que deveria ter produzido um retorno anual de 6-452\$000. Contudo, muitos de seus devedores estavam em atraso ou insolventes. Nessa época, a Misericórdia mantinha em sua escrituração contábil 171 empréstimos de vulto, 25 com hipotecas de engenhos e 42 de fazendas de cana, portanto as propriedades aquarreiras obtiveram 55% do dinheiro emprestado.<sup>15</sup>

Embora a maior parte dos empréstimos da Misericórdia fossem pequenas quantias, garantidas por hipotecas de propriedades urbanas, os créditos ao setor açucareiro eram mais vultosos. O empréstimo médio para um engenho era pouco mais de 1 conto de réis, e para um canavial cerca de 30% a menos. Em 1727, quando foi efetuada uma nova contabilidade das finanças da Misericórdia, a situação declinava da economia açucareira refletia-se na lista dos devedores dessa Irmandade. Aquela época, 234 devedores, mais da metade dos 303 para quem foi possível determinar a ocupação, eram senhores de engenho ou lavradores de cana. A Misericórdia havia concedido acima de 374 contos de réis em empréstimos, mais de três vezes a quantia registrada em 1694.<sup>16</sup>

O Convento de Santa Clara do Desterro era outra fonte institucional de crédito para a indústria açucareira. Seu capital originava-se de legados e dotes pagos pela entrada das mulheres para o convento. A instituição investia esses fundos e, em 1764, havia realizado empréstimos totalizando quase 128 contos de réis, que rendiam perto de 6,5 contos de réis ao ano. Na década de 1790, o convento possuía hipotecas sobre vinte engenhos. Até os jesuítas recorriam às Clarissas para conseguir dinheiro. Em 1749, receberam um vultoso empréstimo de 6,5 contos de réis para desenvolver seu recém-adquirido Engenho Pianga, em Santo Amaro.<sup>17</sup>

As instituições emprestadoras favoreciam os munuários que fossem diretamente ligados à instituição como membros ou associados. Assim, os confrades da Misericórdia, especialmente os membros de seu conselho diretivo, eram os tomadores de empréstimo preferidos. Em 1694, a maior dívida contraída junto à Misericórdia era a de Gonzalo Ravasco, filho de um antigo provedor e parente, ele próprio, da organização. Membros das famílias ilustres da sociedade baiana aparecem com regularidade nas listas dos que tomavam empréstimos junto às instituições religiosas de Salvador.<sup>18</sup> O status e a condição de associado eram atributos importantes para a concessão de empréstimos.

Aparentemente, a Misericórdia e outras instituições emprestadoras com frequência empenhavam-se em receber apenas os juros vencidos dos empréstimos, sendo pouco zelosas na cobrança do principal. Tendo em vista as considerações e relações pessoais que acompanhavam os empréstimos, essa prática é compreensível, mas a longo prazo acarretava dificuldades financeiras aos credores. Em 1694, mais da metade dos empréstimos da Misericórdia estava em atraso, e a irmandade lamentava que mesmo que tentasse exercer seu direito legal de executar as hipotecas, as propriedades o mais das vezes estavam tão sobrecar-

regadas com outras hipotecas que seria inútil processá-las. O Convento de Santa Clara do Desterro procurava repetidamente os tribunais para cobrar dívidas não pagas. Em 1732, tinha vinte casos levados às cortes e precisava lidar com devedores que usavam todos os meios, desde o suborno até a fuga, para escapar ao pagamento.<sup>19</sup> A cobrança revelava-se um procedimento difícil e dispendioso. Se instituições como a Misericórdia e o Convento do Desterro, que concediam crédito a munuários escolhidos, com empréstimos de baixo risco e a reduzidas taxas de juros, tinham problemas para receber, a posição dos outros credores era provavelmente pior, em especial nos períodos difíceis para a economia açucareira. Essa situação encarecia e complicava a obtenção de crédito junto aos emprestadores particulares, que procuravam formas de simplificar as execuções hipotecárias para se proteger. Em 1699, João Matos de Aguiar emprestou 250 mil-réis ao desembargador Francisco Rodrigues da Silva, contra a hipoteca de uma fazenda de cana, com uma cláusula estabelecendo que essa propriedade não poderia ser vendida ou alienada a terceiros enquanto a dívida não fosse quitada.<sup>20</sup> Tais disposições tornaram-se prática comum. Em 1817, quando Sorélio de Vieira Barroco procurou tomar emprestado 1 conto de réis para efetuar mehorias em seu Engenho Aratu, em Paripê, teve de empenhar o engenho como garantia e comprometer-se a não negociá-lo, arrendá-lo ou aliená-lo sob nenhuma forma até que saldasse sua dívida.<sup>21</sup>

Como pode ser visto na Tabela 18, após as instituições, os comerciantes estabelecidos em Salvador eram a fonte mais ativa de capital e crédito. Já examinamos a estranha simbiose entre comerciantes e senhores de engenho, que resultava em uma relação de constante atração e repulsa. Nenhuma das partes podia viver com — ou sem — a outra. Embora houvesse interação social entre os dois grupos, o que tendia a impedir a formação de barreiras intramuniciáveis no relacionamento, ambos os lados entendiam admiravelmente bem a natureza de seus próprios interesses e objetivos em assuntos econômicos, e esses dois grupos relativamente pequenos — talvez duzentas famílias de senhores de engenho e cem comerciantes residentes — competitivamente perseguiram suas metas com vigor e discernimento.<sup>22</sup> O fato de, na busca desses objetivos, o bem-estar da Coroa, da colônia, do império e da sociedade ter sido muitas vezes usado como moldura para enquadrar os interesses dessas classes não deve impedir-nos de perceber suas intenções e planos fundamentais.

Os comerciantes ocupavam uma posição particularmente vantajosa e importante no financiamento da economia açucareira. Devido à escassez de moeda metálica, muitas transações eram efetuadas à base de troca ou escambo, com todas as dificuldades inerentes a

Tabela 18  
Fontes e tomadores de empréstimo na Bahia colonial, 1698-1715

	credores		munuários	
	mil-réis	%	N	N
Instituições	110 037	45,3	(125)	(9)
Comerciantes	60,277	24,8	(61)	(52)
Comerciantes-senhores de engenho	3,473	1,4	(6)	(11)
Profissionais	30,311	12,5	(46)	(23)
Senhores de engenho	17,624	7,3	(21)	(61)
Artesãos	5,820	2,4	(14)	(33)
Lavradores de cana, plantadores de fumo, pecuaristas	4,526	1,9	(7)	(91)
Legados e capelães de administração privada	3,286	1,4	(9)	
Desconhecido	7,422	3,0	(11)	(26)
Totais de todas as transações	242,776	100,0	(300)	(300)

Fonte: Flory, *Rac. Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. Tese de PhD. University of Texas, 1978, p. 73, 75.

tal sistema. Os senhores de engenho, em especial, eram afetados por essa situação, em virtude de sua permanente necessidade de adquirir capital operacional, escravos e equipamentos. Dada a falta de dinheiro, os comerciantes estavam em posição ideal para conceder empréstimos sob outra forma que não a monetária, fornecendo as mercadorias necessárias aos senhores de engenho à base de crédito. Os comerciantes simplesmente mantinham contas abertas para os senhores de engenho e lavradores de cana, suprimindo-os com produtos importados e então ajustando as contas ao término da safra.<sup>23</sup>

Os comerciantes frequentemente auferiam uma remuneração pelo serviço prestado, negociando receber o pagamento da dívida em açúcar a um preço abaixo do de mercado. Podemos tomar como exemplo o caso dos irmãos Luís e João Ferreira da Rocha, que em 1794 tomaram empréstimos 3.974\$377 para comprar uma fazenda de cana em Cachoeira, com a intenção de construir ali um engenho. Seu credor exigiu que dois terços do empréstimo fossem pagos à taxa normal de juros, 5%, mas que o restante fosse pago sem juros, em açúcar da próxima safra, avaliado a 100 réis abaixo do preço da praça. Com uma margem de lucro sobre as importações e um desconto como esse sobre o açúcar, os comerciantes podiam contar com um bom retorno em suas transações com os produtores de açúcar. Estes, por sua vez, anuíam a essa prática porque, nas palavras de Salvador de Sá, "a necessidade não conhece leis".<sup>24</sup> Portanto, a capitalização da indústria açucareira foi em grande parte proporcionada por crédito mercantil. Como informou José da Silva Lisboa em 1781, "é este ramo do comércio o mais seguro e o mais pingue dos negociantes".<sup>25</sup> Em fins do século XVIII, os empréstimos realizados pelos comerciantes provavelmente tornaram-se mais importantes do que haviam sido até então, devido ao declínio financeiro de importantes instituições emprestatórias como a Misericórdia. Em 1798, o governador da Bahia estimou que cada um dos principais comerciantes contava, em sua escrituração contábil, com doze a vinte senhores de engenho e centenas de lavradores de cana figurando como mutuários.<sup>26</sup>

Somente os senhores de engenho mais abastados e bem estabelecidos tinham alternativas ao crédito mercantil. Os empréstimos de instituições, com suas taxas de juros reduzidas, estavam disponíveis especialmente para os grandes proprietários de sólida reputação. Alguns senhores de engenho procuravam negociar diretamente com a Europa, evitando assim os comerciantes locais. Embora o comércio direto com Portugal facilitasse o acesso ao dinheiro para os senhores de engenho, também significava que eles precisariam assumir outros riscos e encargos. Era um método de efetuar transações não isento de riscos e demandava habilidade e contatos disponíveis a poucos.<sup>27</sup> Com efeito, durante a era colonial, a maioria dos senhores de engenho viu-se forçada a procurar crédito junto à comunidade mercantil local. Quase todos os comerciantes, ou pelo menos os que se autodenominavam "homens de negócio", agiam simultaneamente como agentes comerciais e fornecedores de crédito, assumindo os riscos inerentes a essas funções. Quando o comerciante Manoel Gomes Correia morreu em 1817, constavam em seus registros contábeis 79 concessões de crédito e tinha 29 ações de cobrança em tribunais civis.<sup>28</sup>

As execuções de hipotecas eram relativamente comuns, mas apresentavam muitos problemas. As leis de 1663 e 1723 eram usadas eficazmente pelos senhores de engenho para impedir os credores de confiscar os engenhos, e os emprestatários muitas vezes tinham de se contentar com um pagamento parcial em cada safra. Foi esse o caso, em 1785, quando o Engenho Boca do Rio, na paróquia de Paripé, foi arreastado por débito pelo comerciante Manoel de O. Freire. Anteriormente, Freire havia tentado confiscar o engenho, mas o governador impedira a execução da hipoteca. Foi somente quando o pagamento anual deixou de ser efetuado que se permitiu a execução. Porém, a essa altura, o proprietário levava o caso ao tribunal, onde a pendência arrastou-se durante nove anos, tempo em que o engenho permaneceu inativo.<sup>29</sup>

Mesmo quando um engenho era finalmente levado a prego público para saldar dívidas, os problemas não terminavam. Os maiores lances frequentemente eram dados sem

disponibilidade de dinheiro em caixa, mediante promessa de pagamento em futuras prestações; a aceitação dessas condições sujeitava os credores a espera adicional para receber seu dinheiro. Por outro lado, a escassez de dinheiro em caixa na capitania mantinha baixos os lances pelas propriedades leiloadas quando se requeria o pagamento imediato. Em 1692, Francisco de Estrada queixou-se amargamente do juiz Antônio Rodrigues Banha, que fora a venda do engenho de Estrada para o pagamento de dívidas, insistindo no pagamento em dinheiro, "coisa impossível de assim ser, pois nunca no Brasil se fez".<sup>30</sup> O primeiro lance tinha sido de 18 contos de réis, mas por causa da condição imposta pelo juiz, o engenho foi finalmente vendido à sogra do magistrado por 8 contos de réis, pagos em moeda sonante. Qualquer que fosse o motivo para a atitude de Rodrigues Banha, a Relação da Bahia, em 1709, acabou por sancionar o princípio do pagamento em dinheiro à vista das propriedades arrematadas em leilão, a fim de que as dívidas pudessem ser liquidadas.<sup>31</sup>

Apesar de os senhores de engenho geralmente se retratarem como devedores em situação desvantajosa, também eles encontravam maneiras de usar o sistema creditício em proveito próprio. Na amostra de empréstimos levantada por Flory, cerca de 7% do dinheiro emprestado provinha de senhores de engenho. Para estes, a capacidade de conceder capital ou crédito apresentava não só a vantagem usual de um lucrativo retorno sobre o investimento mas também a oportunidade de adquirir controle sobre subordinados engajados na indústria açucareira. Um procedimento comum era o senhor de engenho conceder empréstimo a um lavrador de cana, que então se comprometia a moer seu produto no engenho do emprestatário.<sup>32</sup> Deste modo, a cana tornava-se "obrigada" ou "cativa", e não podia ser beneficiada em outro lugar, mesmo que fossem oferecidas melhores condições, a não ser que se pagasse uma indenização ao credor. Os senhores de engenho sempre procuravam garantir um suprimento de cana que mantivesse o engenho funcionando em plena capacidade; e conseguindo o fornecimento de cana obrigada, as preocupações, o custo e o esforço necessários todo ano para assegurar um suprimento adequado podiam ser evitados. Uma vez obrigado desse modo, o lavrador tinha de levar em conta esse penhor ao realizar qualquer outra transação envolvendo sua propriedade. O resultado era uma complexa trama de contratos que eram frequentemente violados e um enorme cortejo de ações legais à espera de julgamento. O caso de João Gonçalves de Azevedo demonstra bem esses problemas. Ele havia tomado um empréstimo para desenvolver uma fazenda de cana na paróquia de São Francisco e hipotecara a propriedade como garantia do crédito. A cana foi obrigada ao engenho vizinho, pertencente a João da Fonseca Vilas Boas. Incapaz de pagar a dívida, Azevedo foi forçado a vender a fazenda em prego público, e a propriedade foi então adquirida pelo capitão Jácome Antônio Merello. O novo proprietário recusou-se a cultivar cana-de-açúcar, o que fez com que Vilas Boas o processasse, alegando que a fazenda estava obrigada ao seu engenho. Merello argumentou que o contrato anterior apenas exigia que ele fornecesse cana se dispusesse de alguma, mas não requeria que ele a cultivasse se não o desejasse. A morte do capitão não encerrou o caso, e seus herdeiros tiveram de continuar a disputa.<sup>33</sup>

A posição de credor colocava os senhores de engenho em vantagem na concorrência pelo fornecimento de cana, e eles usavam de todos os meios para assumir esse papel. O caso de Francisco de Brito Freire, que herdou o Engenho Santiago na década de 1670, torna isso bem evidente. Em 1678, Brito Freire queixou-se de que seu engenho, localizado em Pernambuco, estava em mau estado e que precisava de pelo menos 600 mil-réis para colocá-lo novamente em pleno funcionamento. Como resultado das más condições do engenho, muitos lavradores das imediações haviam obrigado sua cana a outros engenhos em troca de dinheiro, e Brito Freire acreditava que a falta de cana acabaria por acarretar a ruína total de seu engenho. Sua única esperança era conseguir cana cativa da mesma maneira, e para tal fim pediu à Coroa que lhe concedesse 4 contos de réis, em troca do direito de cobrar uma dívida nesse valor, referente a um empréstimo que ele fizera a terceiros; assim, ele poderia mandar reparar o Engenho Santiago e emprestar dinheiro aos lavradores, sob

a condição de obrigarem sua cana.<sup>34</sup> A Coroa accedeu parcialmente a esse pedido, e em três annos, Brito Freire já estava levando a cabo seu programma. Em 1681, emprestou 1,2 conto de réis ao capitão António de Sousa para a aquisição de uma fazenda de cana, com a condição de que a cana fosse obrigada e moída à razão de uma tarefa por semana até que a divida fosse liquidada. Para cada tarefa de cana que fosse beneficiada em outro lugar, Sousa teria de pagar uma indenização de 8 mil-réis.<sup>35</sup>

Devido à escassez permanente de moeda sonante na Bahia, os senhores de engenho, para obter cana cativa, às vezes concediam crédito na forma de escravos, terras ou equipamentos. Esse foi o caso quando António da Rocha Pitta vendeu uma fazenda de cana a Francisco Machado Passanha. A fazenda foi vinculada ao Engenho Caboto, de propriedade de Rocha Pitta, na paróquia de Matim, e o contrato determinava que a cana ali produzida permaneceria obrigada "enquanto o mundo durar". Estabeleceu-se uma detalhada programação de moagem, e o pagamento deveria ser efectuado com metade do açúcar que coubesse ao lavrador, até a liquidação da divida. Com essas técnicas, os senhores de engenho conseguiram conceder empréstimos e obter cana sem a necessidade de possuir dinheiro em caixa.<sup>36</sup>

Assim, o crédito abria o caminho para a participação na actividade açucareira. Sem ele, poucos poderiam estabelecer um engenho ou um canavial, ou conduzir o empreendimento após seu início. Testamentos e inventários revelam que poucas pessoas ligadas à economia açucareira morreram sem algum tipo de divida activa ou passiva, e os testamentos eram instados a pagar ou cobrar alguma quantia pendente. Embora os senhores de engenho se lastimassem por estarem endividados, o nível da divida era também um indicador de êxito. Quanto mais rico o senhor de engenho e mais valiosos sua propriedade e outros bens, mais probabilidade havia de os comerciantes ou outros emprestatadores concordarem em conceder-lhe crédito. A impressão deixada pelo exame dos testamentos é de que as dividas raramente excediam o valor da produção de um ano, de modo que, se necessário, elas pudessem ser liquidadas rapidamente. Era quando o endividamento extrajava esse nível que os senhores de engenho se viam em dificuldades.

As pessoas ingressavam na actividade açucareira de várias formas. O herói de Deões, Robinson Crusoe, tornou-se senhor de engenho na Bahia começando com a cultura do fumo e de gêneros alimentícios, e então mandando vir da África alguns escravos. Passados dois annos, havia acumulado capital inicial sufficiente e, obtendo crédito junto a um comerciante local, estava pronto para assumir o papel de senhor de engenho.<sup>37</sup> Esse era o modelo que os lavradores de cana esperavam imitar, pois de todas as culturas que prometiam lucros, era a própria cana-de-açúcar a que oferecia a maior chance para finalmente se adquirir um engenho. Com capital ou crédito, sempre se podia construir um novo engenho. Porém, na década de 1720, boa parte das melhores terras do Recôncavo já estava ocupada e, a menos que o aspirante se dispusesse a ser pioneiro em paróquias remotas, o ingresso na classe dos senhores de engenho geralmente implicava a aquisição de uma propriedade já estabelecida. Isso frequentemente era feito por meio de herança ou casamento, quando herdeiros e maridos assumiam a responsabilidade pelas propriedades da família. Também era comum a compra directa de um engenho já existente. Os comerciantes muitas vezes financiavam essas aquisições, que eram quase invariavelmente pagas em parcelas. Além disso, havia ocasionalmente execuções de hipotecas, com pregoes em praça pública e compra por meio de lances abertos.

A indústria açucareira enfrentou bons e maus tempos, e os engenhos, considerados individualmente, às vezes fracassavam devido a má administração, preços baixos ou recalcitrância dos escravos. Sempre havia riscos, e bastava "o Demônio entrar na cabeça de um dos negros para ele arruinar todo o açúcar fabricado, sem que o senhor ou qualquer outro pudesse fazer coisa alguma até ser tarde demais".<sup>38</sup> O importante, porém, é que sempre existia alguém disposto a, por um preço justo, comprar um engenho, assumir os riscos e produzir açúcar.

Nem todos os que dirigiam um engenho eram proprietários. Os contratos de arrendamento por diversos períodos eram comuns, embora os mais usuais fossem os de três e nove annos. Em 1817, aproximadamente 6% dos engenhos do Recôncavo estavam em mãos de arrendatários; essas propriedades, porém, tendiam a ser menores que a média dos engenhos. Os contratos em geral requeriam que o arrendatário effectuasse pagamentos annuaes em açúcar ou em dinheiro sob várias condições. Em fins do século XVIII e início do XIX, quando a expansão da industria açucareira popularizou tais contratos, o valor da renda em geral era entre 800 e 1400 mil-réis annuaes.<sup>39</sup> Podiam-se encontrar rendas maiores ou menores, conforme o estado da propriedade, o número de escravos ou a capacidade potencial do engenho. Do ponto de vista do proprietário, o arrendamento proporcionava uma renda constante, com poucos riscos e problemas. Para o arrendatário, interessava-lhe a chance de lucrar com essa actividade e alcançar o *status* de senhor sem realizar um grande investimento inicial. Ocasionalmente, os proprietários continuavam a residir na propriedade enquanto ela estava sob o controle de um arrendatário; precisava-se, então, de acordos que garantissem os assuntos de habitação e convivência.<sup>40</sup> Os contratos normalmente requiriam que o arrendatário deixasse a propriedade ao término do prazo contratado, a menos que a renovação fosse de comum accordo. Era prática comum no Brasil que todas as benfeitorias realizadas em uma propriedade rural se tornassem propriedade do dono, porém às vezes eram feitos accordos com cláusulas diferentes dessa.<sup>41</sup>

#### VALOR DAS PROPRIEDADES

Para os que preferiam adquirir uma propriedade, os custos de instalação de um engenho variavam conforme a época e reflectiam a tendência inflacionária geral na colônia, bem como as diferenças de escala entre as unidades produtivas. O Engenho Seripe, talvez o maior engenho do Recôncavo no século XVII, foi avaliado em 1635 em aproximadamente 47 contos de réis, mas esse valor incluía terras arrendadas a lavradores, além de consideráveis áreas florestais.<sup>42</sup> No extremo oposto estavam engenhos como os leiloados pelos hollandeses em Pernambuco na década de 1640, cujo preço médio era de apenas 8 contos de réis, cifra que provavelmente reflecte as más condições da propriedade.<sup>43</sup> Não obstante, esse mesmo valor foi citado como preço médio em 1660 pelo juiz do povo na câmara municipal de Salvador.<sup>44</sup> Uma estimativa de Pernambuco em 1751 indicava que o custo de instalação de um engenho de médio porte com capacidade produtiva por volta de 3500 arrobas de açúcar era entre 12 e 16 contos de réis.<sup>45</sup> A partir de uma série de vendas e outras transferências de propriedade realizadas entre 1684 e 1725, a historiadora Rie Flory calculou o valor médio de um engenho baiano.<sup>46</sup> Os dezesseis engenhos examinados tinham um valor médio de 15,2 contos de réis, mas esse número não incluía a massa escrava. Assim, Flory ajustou o valor para 20 contos de réis, levando em conta a existência de no mínimo trinta escravos aos preços correntes. Podemos acrescentar algumas outras informações a essa estimativa para o início do século XVIII. Em pregoes públicos, cinco engenhos confiscados entre 1724 e 1737 foram comprados em média por 10,435 contos de réis, sem escravos. Se acrescentarmos quarenta escravos a 80 mil-réis cada um, o valor médio subiria para 13,635 contos de réis.<sup>47</sup> Essa cifra é baixa, e provavelmente se deve ao fato de os engenhos estarem em más condições e terem sido leiloados para pagar dividas pendentes. Entretanto ela também pode reflectir a estagnação do mercado de propriedades açucareiras occorrida em meados do século XVIII. Em outro grupo de dez engenhos avaliados em testamentos entre 1794 e 1827, o valor médio era de 43,567 contos de réis, embora alguns fossem avaliados em mais de 100 contos de réis.<sup>48</sup> A estimativa de Silva Lisboa em 1781 fornecia um valor médio de 24 contos de réis para um engenho de tração animal com oitenta escravos. A estimativa de 40 contos de réis para um engenho médio, feita uma década mais tarde, reflecte a elevação do preço das propriedades açucareiras verificada no final daquele século.<sup>49</sup>

As fazendas de cana, próprias ou arrendadas, valiam consideravelmente menos que os engenhos. Os lavradores de cana não necessitavam dos dispendiosos utensílios de cobre, edifícios e maquinário de um engenho, nem empregavam escravos especializados, de preços mais altos, como os usados no beneficiamento do açúcar. O estudo de Florcy revela que o valor de uma fazenda de cana média, sem cativos, era de 2,56 contos de réis, adicionando-se a força de trabalho escrava, o valor médio aumentava para 4 contos de réis, cerca de um quinto do valor de um engenho.<sup>50</sup> Em 1620, um lavrador de cana que possuísse vinte escravos mas não tivesse terras precisaria de 1,144 conto de réis para iniciar sua lavoura; um século depois, esse valor aumentaria para 3,256 contos de réis. Boa parte dessa elevação pode ser atribuída a um crescimento no preço dos escravos.<sup>51</sup>

Tomando conjuntamente os valores dos engenhos e das fazendas de cana, podemos obter uma estimativa aproximada do capital investido na indústria açucareira baiana. Em 1758, havia 180 engenhos na Bahia, os quais contavam em média com quatro lavradores de cana por engenho. Assim, a 24 contos de réis por engenho, as 180 unidades valiam 4.320 contos de réis, aos quais devem ser acrescidos 2.880 contos de réis para cerca de 720 fazendas de cana a 4 contos de réis cada uma.<sup>52</sup> O valor total do capital, portanto, era de aproximadamente 7.200 contos de réis. Na segunda metade da década de 1750, o açúcar remetido pela Bahia atingiu um valor médio anual de 450 contos de réis. Isso proporcionava um retorno anual bruto de 6,25% sobre as exportações, do qual deveriam ser então deduzidas as despesas. A taxa bruta de retorno era igual à taxa de juros oficial, mas a taxa líquida era mais baixa que esta última, proporcionando apenas um modesto retorno de talvez 3% para a indústria como um todo. Esse retorno, naturalmente, não se dividia de forma equânime. Cerca de um terço dos rendimentos dos lavradores era apropriado na forma de rendas ou outras despesas pagas aos senhores de engenho. Ainda assim, esses números indicam que estes últimos enfrentaram dificuldades durante a década de 1750.

O que não consta desses cálculos, porém, é a renda gerada pela venda de melado e aguardente, que em sua maior parte eram consumidos localmente na Bahia. Esses subprodutos do açúcar, isentos do dízimo, não eram divididos com os lavradores, tornando-se propriedade dos engenhos. Portanto, às exportações acrescia-se a venda local desses produtos, o que talvez adicionasse 1 ou 2% ao retorno sobre os investimentos. Como às vezes diziam os senhores de engenho, o açúcar permitia-lhes cobrir as despesas e a cachaaça proporcionava-lhes o lucro.

O dinheiro investido em um engenho distribuía-se por certos elementos essenciais: edifícios, a moenda, os "cobres" (caldeiras), gado, carros e barcos, pastagens, canaviais e escravos. A esses fatores essenciais adicionavam-se às vezes elementos que tornavam essas propriedades símbolos do conforto de uma vida patriarcal e aristocrática: uma capela bem guardada, mobília importada, selas ricamente trabalhadas, cavalos vigorosos e, ocasionalmente, uma pequena biblioteca. Embora o valor dos engenhos variasse consideravelmente, a distribuição relativa dos investimentos em seus componentes também era variável. Não é fácil reconstruir o padrão comum a esses investimentos. Os registros notariais são em geral incompletos, as vendas de escravos eram com frequência lançadas separadamente e os valores e medidas das terras raramente eram fornecidos com precisão antes do século XVII. Aquela época, contudo, o valor relativo da terra era uma parcela tão grande do capital investido em um engenho que qualquer estimativa para os períodos iniciais que não o leve em consideração torna-se bastante questionável.

A partir de um grupo de dez engenhos avaliados entre 1716 e 1816, cujos registros estão relativamente completos, é possível entrever a distribuição relativa do capital em um engenho baiano. Os resultados podem ser vistos na Tabela 19. Fica patente que o principal item nas despesas de capital era a terra, que em vários casos respondia por mais da metade do valor total da propriedade. Quando se acrescenta ao total o valor da cana cultivada nessa terra, a proporção relativa aos bens imóveis eleva-se ainda mais. Esses números contrastam as afirmações feitas por alguns estudiosos de que era a mão-de-obra, e não a terra,

o fator produtivo crucial. Esses historiadores argumentam que, sendo a terra relativamente abundante e pouco valorizada, a sociedade brasileira não poderia ser designada como um "regime feudal". De qualquer forma, sejam quais forem os méritos duvidosos de tal raciocínio, as evidências da Bahia indicam que, dada a importância relativa da terra, ele se baseia em uma falsa premissa.<sup>53</sup> Todavia os escravos não deixavam de ser importantes. A proporção do investimento na escravidão variava de 7 a 37%, sendo a parcela mais comum acima de 20%. Essa é notavelmente semelhante à encontrada nas *plantations* das Antilhas inglesas.<sup>54</sup> A porcentagem relativamente alta do capital investido em escravos tornava os senhores de engenho sensíveis em particular a alterações no preço dos cativos; porém, em termos reais, a terra invariavelmente era mais valiosa que a escravidão.

Os equipamentos e instrumentos necessários à operação do engenho, com algumas exceções, não tinham um custo unitário muito elevado. Entretanto a taxa de depreciação desses itens era alta. Machados, enxadas, facões de cortar cana e os vários implementos para o fabrico do açúcar representavam despesas pequenas. O mesmo não se pode dizer, porém, dos carros de boi ou dos barcos, que mesmo velhos e recipientes, compunham o 6 e 10 mil-réis cada um. Os cobres, ou ternos de caldeiras e recipientes, compunham o item mais caro do equipamento. No século XVIII, o valor dos cobres de um engenho normalmente situava-se entre 1 e 2 contos de réis; o padre Estevão Pereira escreveu que dificilmente se passava uma safra sem que os fundos das caldeiras precisassem ser substituídos pelo menos uma vez, devido ao calor constante das fornalhas. Os custos de reposição do cobre e do ferro eram especialmente problemáticos e elevados porque todo o suprimento do Brasil era importado da Europa.

Embora hoje em dia a imagem que se tem da casa-grande do engenho seja formada pelas mansões remanescentes da aristocracia baiana do século XIX, na verdade poucas dessas casas-grandes atingiram proporções tão imponentes. Eram comuns as construções de taipa, bem como os telhados de sapé, pelo menos durante o século XVII. Os edifícios com dois andares, visando à segurança e ao conforto, eram bastante comuns, como demonstram as pinturas de Frans Post para o período holandês. No século XVII foram construídas casas-grandes sólidas, conforme atestam os exemplos das ainda existentes nos Engenhos Calábda, da Ponta e Freguesia. Contudo esses mansões litorâneas contrastavam com construções mais modestas nas paróquias mais novas do Recôncavo. As habitações dos lavradores eram ainda mais despretensiosas. Os engenhos necessitavam, adicionalmente, de outros edifícios: a casa do engenho, a casa de purgar, o galpão de secar, talvez uma olaria, e senzalas. Mesmo quando a casa-grande era uma mansão, o valor total dos edifícios em uma propriedade açucareira atingia 20% do valor total da propriedade.

Animais eram indispensáveis para o funcionamento do engenho, mas em geral constituíam uma parcela relativamente pequena do investimento de capital. Cavalos de sela, va-

TABELA 19  
Distribuição do capital de alguns engenhos baianos, 1716-1816 (em mil-réis)

Ano	Proprietário/ Engenho	Terras	Cana	Escravos	Animais	Edifícios	Equipa- mentos	Total
1716	Manoel Martins de Almeida	5 200	400	6 731	2 338	2 862	1 467	18 598
1741	Engenho do Baixo	2 029	896	5 105	896	762	1 428	10 620
1741	S. Pedro de Tamaritpe	5 350	676	5 155	586	762	1 415	13 944
1769	Engenho Barbado	17 240	856	14 310	3 144	2 800	1 672	40 022
1773	Engenho Santo Antonio	10 750	228	4 427	941	3 805	359	20 510
1779	Engenho Pitanga	7 200	1 128	4 705	1 262	10 220	894	25 409
1795	Engenho Açoá Boa	22 000	1 163	2 509	1 964	6 473	3 219	37 409
1816	Engenho Trindade, Buzaco, Cabocu	100 254	4 034	35 815	5 364	33 498	9 653	188 616
								(Média 62 872)

Fonte: *Arq. sec.*, *jud.*, inventários.

cas leiteiras, cabras e ovelhas aparecem com regularidade em listas de inventários (porcos não aparecem), mas esses animais representavam apenas uma fração diminuta do valor da propriedade. Muito mais importantes eram os bois ou cavalos, necessários como força de tração para a moenda ou para os carros de boi que transportavam a cana do campo à casa do engenho. Os bois, trazidos do sertão, eram adquiridos nas feiras de gado localizadas nas imediações do Recôncavo. Alguns senhores de engenho criavam seus próprios rebanhos e introduziam novos animais quando preciso. Nenhum engenho, porém, podia dispensar pastagens em suas terras. Os bois carretos tinham grande valor, sendo seu preço aproximadamente 30% mais alto do que o de animais não treinados. O valor conjunto dos animais do engenho raramente ultrapassava 10% do capital investido.

Além do capital (definido como "o conjunto de ativos capazes de gerar um fluxo econômico de produção"), os senhores de engenho também tinham parte de seus ativos formada por bens de consumo.<sup>55</sup> Jóias, prataria, mobília, vestuário, objetos religiosos e livros aparecem com regularidade em inventários dessas propriedades. Apenas em alguns casos a participação desses itens excedeu 10% do valor total do engenho. Os inventários de engenhos e fazendas de cana conservados até nossos dias não transmitem a impressão de produtividade e fluxo ou de desperdício no uso dos recursos. Para cada opulento barão do açúcar, senhor de homens e terras, amante de bons vinhos e de linho holandês e capaz de pagar por eles, havia perto de uma dúzia de senhores de engenho que lutavam duramente para conseguir equilibrar receitas e despesas.

Esse padrão ressalta-se ainda mais quando se examina um conjunto de avaliações de propriedades de lavradores de cana no período 1713-1824, como demonstrado na Tabela 20. O investimento desses lavradores em bens de consumo era mínimo, raramente atingindo 10% de sua riqueza. Nessa tabela, as poucas vezes em que aparecem somas vultosas no item "riqueza pessoal", essas quantias representam o valor em dinheiro de açúcar ainda não vendido à época do inventário. Embora a ausência de dinheiro em caixa ou de bens de luxo indiquem que, com poucas exceções, a classe dos lavradores não vivia na abastança, as dívidas relativamente pequenas da maioria deles contradizem sua própria queixa constante sobre um endividamento esmagador. Houve alguns casos em que as dívidas chegavam a um quarto ou um terço da riqueza total, mas tais casos são contrabalançados por

Tabela 20

*Distribuição do capital em propriedades de lavradores de cana, 1713-1813 (em mil-réis)*

Ano	Terras	Cana	Escravos	(N)	Animais	Edifícios	Equipa- mentos	Total	Riqueza pessoal	Dívidas passivas
1713	800	60	2.090	(24)	342	200	34	3.526	49	
1714	1.677		1.651	(16)	186	150	15	3.679	61	808
1722	300	314	2.430	(19)			42			
		400	3.285	(26)				6.771		
1733		250	4.115	(34)	101	24	33	4.523	457 <sup>a</sup>	
1743		60	990	(15)	295	15	38	1.398	15	95
1758		84	1.418	(25)	207	800	19	3.128	1.413 <sup>a</sup>	225
1773		920	1.365	(18)	145	32	18	2.653	12	
1777			715	(11)	161	24	24	1.129	24	
1795		1.600	2.080	(28)		170	12	3.862	28	
1797			630	(6)	518	200	13	1.623	113	
1804		88	2.660	(21)	680	550	24	4.737	25	
1813 <sup>a</sup>		5.200	1.860	(18)	228	86	36	7.539	50	386
1813 <sup>b</sup>		363	2.090	(21)	449	40	21	3.145	1.654 <sup>a</sup>	1.056
1824		1.045	1.163	(15)	120	40	5	2.373	32	

(a) Inclui valor de uma safra de cana. Outras propriedades pessoais incluem mobília, praça, dinheiro, etc.

Fontes: AN, Inventários: 1713 (S. Francisco 7744/5), 1714 (S. Francisco 7745/1), 1722 (S. Francisco 7743/2), 1733 (S. Francisco 7753), 1743 (S. Francisco 7749/2), 1758 (Cidade 63/6), 1773 (S. Francisco 7742/4), 1777 (S. Francisco 5551/7), 1795 (Cidade 65/6/2), 1797 (S. Francisco 536/1/6), 1804 (Cm. Pacote II), 1813a (Cidade 689/1), 1813b (Cidade 688/5), 1824 (Cidade 741/3).

outros em que não havia dívidas pendentes. Assim como para os senhores de engenho, a situação e o padrão de vida dos lavradores de cana refletem as condições gerais da indústria açucareira, mas ambas as categorias parecem ter administrado suas finanças com cautela e bom senso.

Muitos lavradores eram arrendatários e não possuíam terras nem residências. Quando, porém, entre suas posses havia bens imóveis, a proporção destes no total dos bens era muito menor do que a verificada para os engenhos. Nas catorze propriedades de lavradores de cana analisadas na Tabela 20, o valor conjunto das terras e da cana perfazia 30% do capital. Os escravos eram muito mais importantes, compreendendo 56% do total. Podemos tomar o exemplo de Filipe Dias Amaral, lavrador da paróquia de São Francisco que, em 1804, possuía 21 cativos, 35 bois e um pequeno lote de terra. A escravidão compunha quase dois terços do valor total de seus ativos. As elevações nos preços dos cativos afetavam toda a indústria, mas tinham um impacto especialmente negativo sobre lavradores como Dias Amaral, uma vez que parcela tão grande de seu capital operacional estava investida na escravidão.

#### CUSTOS E RETORNOS

Tendo examinado as fontes e características do capital e do crédito, além da distribuição relativa dos ativos, podemos passar agora ao tópico dos custos operacionais. A questão das despesas e, em última análise, dos lucros, é um assunto altamente complexo que, no contexto das economias de grande lavoura da América do Norte e das Antilhas, gerou um acirrado debate bastante esclarecedor. As perspectivas dos contadores, economistas e senhores de engenho quanto ao problema são diferentes, o que originou interpretações amplamente diversificadas. O senhor de engenho acreditava, por exemplo, que o valor de um ativo era seu preço de mercado corrente, ou seja, o que se obtinha com sua venda. A avaliação do contador seria baseada no custo original desse ativo, descontada a depreciação. O economista provavelmente concordaria em que o preço corrente não representa o valor real, mas possivelmente insistiria em que eram necessários cálculos adicionais de produtividade para se chegar a um valor adequado. Os historiadores modernos amide contestam a ausência do tipo de informações necessárias para efetuar esses cálculos de lucratividade. Isso não é novidade. Os próprios senhores de engenho defrontavam-se com a incerteza e a dificuldade de cálculo, causadas pela imprevisibilidade climática, pelas mudanças no mercado e nos preços e pelas políticas governamentais, sobre as quais tinham pouco controle. O risco e a incerteza faziam parte da atividade açucareira, e a contabilidade de custos não era um trabalho fácil.<sup>56</sup>

A maioria dos grandes proprietários brasileiros, bem como a dos norte-americanos, "contentava-se com os cálculos e registros mais simples dos lucros e perdas, baseados em receitas e despesas monetárias".<sup>57</sup> Interessavam-se, antes de mais nada, pelo que desembolsavam em comparação com o que vendiam. Os lucros e perdas "no papel", originados de alterações no valor do estoque de capital, geralmente não entravam na escrituração. Sua contabilidade frequentemente misturava gastos correntes em itens como alimentos, madeira e sebo com despesas de capital para a aquisição de novos escravos ou equipamentos. Um único lançamento contábil muitas vezes juntava dispendios com mão-de-obra e materiais, de modo a impossibilitar a separação em componentes.

Acima do problema geral da escrituração das propriedades estão os problemas característicos do Brasil: a documentação é escassa em consequência da escrituração deficiente, do subseqüente desinteresse, do clima úmido e dos insetos vorazes. Existem apenas duas estimativas globais de lucros e despesas: a análise do Engenho Seripe feita em 1635 pelo padre Estêvão Pereira, e a avaliação apresentada em 1751 por um grupo de senhores de engenho desconhecidos. Ambas são exemplos de relatórios especiais e devem ser utili-

zadas com cautela. Para as propriedades privadas — centenas de engenhos e milhares de fazendas de cana — não dispomos de quase nenhum livro razão remanescente do período colonial. Os únicos registros contábeis consistentes que nos restam são os dos engenhos dos Jesuítas e beneditinos.<sup>58</sup> Estes não são proprietários típicos, mas se desconhecemos as despesas um pouco maiores com as contribuições beneficentes, a observância do calendário religioso e o absentismo dos proprietários, seus gastos, juntamente com as estímativas globais acima mencionadas, podem indicar certos padrões de desempenho para os engenhos baianos.

Para simplificar a análise, as despesas anuais foram divididas em algumas categorias abrangentes. Os custos da mão-de-obra foram um item crucial nas despesas durante toda a era colonial. Pagavam-se dois tipos de salário: "soldadas", salários anuais que às vezes incluíam alojamento e alimentação, e "salários" ou "jornais", pagamentos de determinadas quantias, por dia de trabalho ou por tarefa. Adicionalmente, a força de trabalho escrava precisava ser repostada ou ampliada e, embora as aquisições de novos escravos fossem, na verdade, um acréscimo ao estoque de capital os senhores de engenho calculavam esses custos como despesa anual. Ademais, os cativos tinham de ser alimentados, vestidos, abrigados e mantidos. Os desembolsos para essas necessidades, bem como para remédios, parteiros, médicos e cirurgiões-barbeiros eram comuns.<sup>59</sup>

Outras categorias de gastos importantes eram os de combustível, transporte, materiais e os desembolsos para aquisição de escravos, animais e equipamentos. O combustível era um item essencial, e o suprimento de lenha para as fornalhas era tão importante quanto o de cana para o engenho. As propriedades que contavam com áreas florestais eram privilegiadas, pois as que não as possuíam despendiam grandes somas para a aquisição e o transporte da lenha. Os custos de transporte incluíam pagamentos a despachantes e carretiros, taxas de armazenagem e várias tarifas e impostos. As despesas com material e equipamento abrangiam vários itens, desde mourões de cerca e caixas até óleo de balalaia para as candeeiras e placas de cobre para reparar as caldeiras. Os gastos contínuos com a aquisição de cobre estavam entre os mais vultuosos, mas a compra ou a construção de um carro de boi ou um barco aumentavam consideravelmente a despesa daquele ano, pois seu custo unitário era elevado. Também neste caso os proprietários não distinguiam entre as aquisições de capital e a sua manutenção, que poderia ser considerada um gasto corrente. Os animais também entravam como despesa corrente e são um bom exemplo dos problemas da contabilidade precisa. Um senhor de engenho que possuísse seu próprio rebanho em uma fazenda no sertão poderia não lançar nenhum dispêndio com animais em determinado ano na escrituração do engenho, ignorando o custo da criação, do gado na fazenda e do transporte dos animais até o engenho. Outrossim, os bois carretiros atingiam preços três ou quatro vezes maiores que os dos animais não treinados, e o trabalho de habituá-los à canga também deveria ter sido calculado. Nada disso era feito e, assim, as presentes tentativas de estimar esses custos baseiam-se em tantas suposições e em dados tão pouco consistentes que qualquer tentativa de obter precisão é no mínimo enganosa.

Finalmente, o custo da cana-de-açúcar, matéria-prima da indústria, quase nunca era calculado pelos senhores de engenho. Eram capazes de estimar o custo do plantio e colheita de uma tarefa de cana. Em 1751, a câmara da Bahia avaliou uma tarefa de cana plantada em 10\$000 e o custo total de transformá-la em açúcar em 31\$600, mas como a maioria dos engenhos dependia de lavradores de cana para suprir a maior parte da matéria-prima, a aquisição desta raramente era computada como despesa.<sup>60</sup> Na verdade, porém, a parte do produto entregue ao lavrador após o beneficiamento era um custo para o senhor de engenho, embora ele não o identificasse como tal.

Cada engenho era, por definição, distinto, com suas próprias vantagens e desvantagens peculiares que influenciavam as operações. O Engenho Sergipe, por exemplo, situava-se na foz de um rio e mantinha seus próprios barcos e barqueiros para transportar açúcar e suprimentos. Isso aumentava seu dispêndio com salários e equipamentos, mas reduzia os

custos de transporte. Por outro lado, esse engenho sempre contou com rebanhos próprios, que forneciam novos bois todo ano, reduzindo, assim, suas despesas com animais. A venda de terra aos lavradores no início do século XVII privava o engenho de boa parte de seu estoque natural de lenha, e o suprimento da mesma era um pesado e contínuo ônus para a propriedade. O Engenho São Bento dos Iajés, dos beneditinos, situado na margem oposta do rio e bem em frente ao Engenho Sergipe, apresentava uma posição semelhante, com baixos custos de animais e transporte e pesadas despesas com lenha. Seu congêneres, o Engenho São Caetano, localizado na paróquia de Purificação, mais para o interior, possuía grandes estoques de madeira e nada gastava com esse item, entretanto, defrontava-se com o problema de conduzir os produtos entre o litoral e o interior sem contar com transporte hidroviário. Suas despesas com animais eram sempre elevadas, pois não possuía rebanhos próprios. Essas características distintivas contribuíam para as diferenças observadas no desempenho das unidades produtivas.

Tendo em mente essas várias limitações, passamos ao exame dos registros remanescentes. O primeiro cálculo disponível das despesas operacionais foi efetuado em 1655 pelo padre Estêvão Pereira, que foi administrador do Engenho Sergipe e baseou seu relatório em um conhecimento profundo e direto adquirido no exercício dessa função.<sup>61</sup> Ele estimou o valor dessa propriedade em 46,8 contos de réis, sendo a terra avaliada em 24,8 contos e as construções, escravos e animais, em 22 contos. O engenho produzia anualmente entre 10 e 12 mil arrobas de açúcar, das quais aproximadamente 7 mil, de diversas qualidades, permaneciam como parte que cabia ao engenho. Aos preços da época, o valor do açúcar, melado e aguardente era de 3,874 a 4,888 contos de réis. Adicionalmente, o engenho recebia em espécie alguns pagamentos pelo arrendamento de terras, que também representavam receitas. As estimativas de custos apresentadas pelo padre Pereira alcançavam 3,465 contos de réis anuais.<sup>62</sup> Esses custos, os salários eram fundamentais, constituindo uma parcela maior que a aquisição e manutenção da escravaria. Também altos eram os custos de equipamentos e materiais, perfazendo mais de 30% do total.

A contabilidade "reôntica" do padre Pereira pode ser correlada com a verdadeira escrituração do Engenho Sergipe, referente a 48 safras entre 1611 e 1754. Os registros do período 1622-1654 foram publicados e serviram de base aos estudos de Frédéric Mauro e Mircea Bliescu.<sup>63</sup> Entretanto esse período foi uma fase difícil para o Engenho Sergipe e para a economia baiana como um todo. Por esse motivo, usel como amostra mais representativa as nove safras consecutivas entre 1707 e 1716. As despesas anuais referentes a esse período são apresentadas na Tabela 21.

Cabem aqui alguns comentários acerca das categorias usadas na Tabela 21. As despesas médicas incluem um salário anual de 30 mil-réis pagos a um médico; essa quantia poderia ser somada aos salários, aumentando, assim, a proporção referente aos custos da mão-de-obra. Os dispêndios com animais são baixos porque o engenho possuía rebanhos pró-

TABELA 21  
Despesas do Engenho Sergipe, 1707-16

Ano	Salários	Escravos	Alimentos	Remédios	Combustível	Equipamentos	Transporte	Animais	Diversos	Total
1707-8	947	254	158	30	958	38	7	166	112	2.670
1708-9	1.023	450	177	30	778	742	535	24	1.018	4.777
1709-10	825	420	213	42	726	400	287		372	2.998
1710-1	690	342	168	34	781	318	287		345	2.965
1711-2	797	817	373	33	1.068	305	290		92	3.775
1712-3	663	1.953	944	34	727	292	389		13	5.559
1713-4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1714-5	701	924	812	32	636	192	433		173	3.993
1715-6	647	590	1.168	32	496	262	524		23	4.040
Totais	6.293	5.750	4.013	267	6.170	2.549	2.465		226	2.934
Porcentagem	20,5	18,7	13,1	0,8	20,1	8,3	8,0		0,8	9,6



prios. A coluna de gastos diversos inclui despesas jurídicas, doações filantrópicas e alguns pagamentos de dívidas. Tomados em conjunto, os nove anos de safra indicam o padrão do desembolso de um grande engenho do Recôncavo no início do século XVIII. Note-se que os custos relativos à mão-de-obra (salários, alimentos, remédios, escravos) compõem mais de 50% do desembolso anual, ao passo que os gastos de equipamentos perfazem apenas 8% do total. Se os custos da escravaria, dos animais e (arbitrariamente) da metade dos materiais forem considerados conjuntamente como aquisições de capital, cerca de 25% do gasto anual representariam a reposição de capital em um dado ano.

Na Tabela 22, a distribuição de despesas do Engenho Sergipe em 1707-16 é comparada com as de safras anteriores dessa mesma propriedade e de outros engenhos baianos. O custo de combustível do Engenho Sergipe variou muito pouco e permaneceu em torno de 20% do total de cada ano. Seus aquisições de animais também foram de pequena monta durante todo o período. Os custos salariais nesse engenho foram menores no século XVIII em comparação com os de épocas anteriores; tal mudança provavelmente reflete um esforço consciente para substituir trabalhadores livres por cativos. As despesas de transporte foram muito maiores no período 1707-16, fato que provavelmente se explica pelas taxas de armazenagem mais altas, decorrentes do sistema de froatas.

Documentos dos Engenhos São Bento dos Lajes e São Caetano, pertencentes aos beneditinos, podem ser comparados com os do Engenho Sergipe. Os relatórios trienais dos beneditinos da Bahia continham registros financeiros de suas propriedades, que permitem agrupar seus gastos operacionais de modo a confrontá-los com os do Engenho Sergipe.<sup>64</sup> Em ambos os engenhos dos beneditinos, 50 a 60% do desembolso corresponderam inicialmente a gastos com mão-de-obra. Cerca de 30% destinaram-se à compra de alimentos. O Engenho São Caetano, que ficava mais distante da costa e utilizava bois como força de tração para a moenda, também apresentou custos elevados de transporte e animais, porém ambos os engenhos tiveram despesas equivalentes com materiais e equipamentos.

Os gastos relativos aos escravos nas propriedades dos beneditinos são particularmente interessantes porque parecem indicar uma diferenciação nas práticas atinentes à escravaria. Especialmente em fins de século XVIII, os beneditinos adotaram uma postura em favor de melhores condições, que se refletiu na grande parcela das despesas referentes à alimentação, na relativamente baixa proporção de gastos com salários, devido ao uso de cativos artesãos e técnicos, e na reduzida taxa de aquisições de escravos, em virtude das boas condições de vida e do crescimento natural da escravaria. De fato, a porcentagem indicada na coluna relativa às aquisições de escravos dos dois engenhos na Tabela 22 representa apenas uma estimativa de máximo, baseada em uma taxa de reposição de 6,25% aos preços médios correntes. Essa estimativa foi feita porque os beneditinos não incluíam as aquisições de escravos nas contas de seus engenhos, registrando-as separadamente como parte do desembolso geral em cada província da ordem. Assim, a verdadeira taxa de reposição

TABELA 22

Distribuição percentual das despesas anuais de engenhos baianos, 1611-1822

Engenho	Anos	Salários	Escravos	Alimentos	Remédios	Combustível	Equipamentos	Transporte	Animais	Diversos
Sergipe	1611-2	27,0	4,3	16,0	1,3	1,4	30,0	3,0	—	4,7
Sergipe	1634-5	33,0	4,1	6,0	—	26,0	24,0	3,0	—	3,1
Sergipe	1643-52	26,0	8,2	7,9	—	20,0	35,0	1,1	0,2	—
Sergipe	1669-70	14,0	13,5	3,8	—	18,0	17,2	—	—	—
Sergipe	1707-16	20,5	18,7	13,1	0,8	20,1	8,3	8,0	0,8	9,6
S. Caetano	1711-1800	14,4	14,6	30,0	2,5	19,0	13,5	1,0	3,2	1,4
S. Caetano	1726-1800	13,4	12,3	30,5	0,6	—	14,7	10,0	15,4	3,1
Buranhacém	1751	20,6	18,9	11,3	3,1	11,8	28,0	—	9,6	1,7
Buranhacém	1796-1801	12,1	10,7	21,4	3,9	8,5	11,6	5,9	18,8	7,2
Passagem	1822	25,5	(13,5)	12,9	1,9	20,0	10,2	(5,5)	(9,3)	1,3

podem ter sido ainda mais baixa, refletindo os benefícios de uma atitude mais humana com relação aos cativos. Os registros dos beneditinos, com efeito, indicam períodos de crescimento positivo entre seus escravos, embora não existam dados que permitam o cálculo do valor desse crescimento em termos do estoque de capital.

Infelizmente não há registros operacionais completos de engenhos de proprietários particulares laicos que possam ser comparados com a documentação dos jesuítas e dos beneditinos. Não obstante, existem os polémicos registros referentes a cinco safras do Engenho Buranhacém (1796-1801), efetuados durante um litígio envolvendo essa propriedade, e ainda um outro conjunto de escrituras parciais realizadas pelo administrador, nomeado pelo tribunal durante o pleito judicial dos Engenhos Passagem, Cachoeirinha e Santa Inês (1822-3). Embora cada um desses registros apresente problemas específicos de uniformidade, precisão e tipicidade, em conjunto eles fornecem uma base de comparação com a documentação mais completa das propriedades eclesásticas.

A contabilidade do Engenho Buranhacém apresenta um registro notavelmente por menorizado da administração dessa propriedade por dom Félix de Betancourt e Sá em nome dos outros herdeiros do engenho.<sup>65</sup> Durante um período de prosperidade da economia açucareira baiana, esse engenho apresentou prejuízos, situação que suscitou queixas por parte dos outros herdeiros e levou o administrador a preparar essa escrituração assim minuciosa. Embora os registros sejam tão completos, são também altamente duvidosos. Adicionalmente, durante sua administração, Betancourt e Sá não adquiriu escravos nem animais e, ao contrário do costume generalizado na Bahia, alugou cativos e animais quando necessitou deles para trabalhos no campo, enquanto os 47 escravos residentes foram empregados exclusivamente nos trabalhos de beneficiamento da cana. Os demais herdeiros protestaram contra essa prática e os níveis exorbitantes da manutenção da escravaria e dos salários. Ainda assim, se classificamos os custos de aluguel de escravos e animais nas categorias de compra de cativos e animais, os registros do Engenho Buranhacém podem-se tornar comparáveis aos demais constantes da Tabela 22. Apesar da discrepância, a escrituração desse engenho demonstra uniformidade na proporção dos gastos com materiais, transporte e salários.

A mesma uniformidade pode ser verificada nos registros mantidos pelo administrador dos três engenhos baianos durante o período que vai de novembro de 1822 a março de 1823. Nesses meses, não se adquiriram escravos, bois ou lenha e nem se gastou nenhum dinheiro com transporte. Para estimar o desembolso relativo a esses itens, atribuí 20% às despesas de combustível e usei o dispendio médio dos dois engenhos pertencentes aos beneditinos para determinar as outras categorias ausentes dos registros. Isso feito, observa-se na Tabela 22 que os desembolsos desses três engenhos nos itens alimentos, salários e remédios são da mesma ordem dos gastos com esses mesmos itens verificados nos engenhos dos eclesásticos.<sup>66</sup> As evidências fragmentárias dos engenhos seculares indicam, pois, que eles aparentemente assemelhavam-se mais aos padrões do Engenho Sergipe do que aos dos engenhos dos beneditinos, com seus custos de salários mais baixos e de alimentação mais altos. As informações dos engenhos seculares também mostram que, independentemente de quaisquer particularidades resultantes da posse e administração de engenhos por eclesásticos, em suas operações voltadas para o fabrico do açúcar as propriedades eclesásticas assemelhavam-se muito aos outros engenhos. Portanto seus registros propiciam uma excelente visão da indústria como um todo.

Apesar de os registros remanescentes dos engenhos serem tendenciosos ou suspeitos por várias razões, as descrições contemporâneas de caráter mais geral não eram também isentas de vícios ou problemas. A criação das casas de inspeção para controlar a qualidade dos produtos coloniais levou alguns senhores de engenho baianos a preparar um trabalho teórico em 1751 para evidenciar suas dificuldades. Procuraram demonstrar que, embora os comerciantes ligados ao tráfico de escravos estivessem auferindo grandes lucros, os senhores de engenho estavam perdendo dinheiro mesmo quando o preço do açúcar estava alto e a safra era boa.

O documento era visivelmente um trabalho revidicatorio. Descrevia as operações de um engenheiro de médio porte com apenas 44 escravos, não levando em conta ganhos de escala, e abstinha-se de descomutar as despesas de capital dos gastos operacionais. De um modo geral, subestimava as receitas e superestimava as despesas, especialmente as referentes à manutenção da escravaria e aos materiais. Ainda assim, as proporções relativas atribuídas a várias categorias e a visão dos próprios senhores de engenho acerca da natureza e do propósito dos custos são úteis quando cotejadas com os registros romanescentes das propriedades açucareiras. Como nos livros do Engenho Sergipe, os senhores de engenho estimaram os custos de aquisição e manutenção da mão-de-obra em mais da metade das despesas anuais.

Esta última observação suscita duas últimas considerações pertinentes às despesas operacionais. Frédéric Mauro, em um estudo pioneiro sobre este tópico, baseado nos registros do Engenho Sergipe e nas estimativas do padre Estevão Pereira, concluiu que os custos relativos à mão-de-obra perfaziam apenas um terço dos custos anuais. A discrepância entre a conclusão de Mauro e a que foi apresentada pelos senhores de engenho, mencionada no parágrafo anterior, reside essencialmente nas categorias de desembolso utilizadas nos dois estudos. Por exemplo, Mauro inclui como "salários" apenas as soldadas anuais, enquanto classificou o dinheiro pago por dia e taxa nas categorias das despesas com os itens em que foram empregados os trabalhadores que o recebiam. Assim, as colunas referentes a "cobres", "barcos" e "obras" têm seus valores aumentados e misturam salários e materiais. Esse procedimento contábil levou Mauro a crer que as despesas com materiais eram aproximadamente dois terços dos custos totais, e a partir daí ele concluiu que nessa distribuição dos desembolsos os engenhos de açúcar eram muito semelhantes a uma usina siderúrgica moderna.

Embora Mauro estivesse correto em crer que, para sua época, os engenhos representavam uma "indústria pesada", a proporção dos custos daquelas propriedades relativas à mão-de-obra era muito maior do que ele deduziu, o que enfraquece bastante sua analogia com a siderurgia. Outrossim, ao contrário da indústria moderna, em que a mão-de-obra é essencialmente um custo variável, a escravidão tornava esse fator produtivo — seu suprimento, financiamento e manutenção — um custo fixo. Isso adicionava-se à já elevada proporção dos custos fixos e limitava a flexibilidade de ação dos proprietários. Assim, os engenhos continuavam a operar com prejuízo durante certos períodos, enquanto os custos variáveis e alguma parcela de seus custos fixos fossem cobertos. Agir de outra forma resultava em um dano ainda maior para suas fortunas.<sup>67</sup>

A mão-de-obra — sua aquisição, qualidade, manutenção, controle e custo — permeou como o tema central da economia açucareira. A interação dos senhores de engenho com seus escravos ou trabalhadores livres dependentes estabeleceu as relações sociais de produção em termos humanos, cuja natureza às vezes transparece nos laconicos lançamentos contábeis. Os registros evidenciavam de várias maneiras o caráter inerente ao patrão-líder e à condição de proprietário. Gastava-se dinheiro com presentes e esmolas, com açúcar para ajudar os cativos na celebração de um dia festivo ou com missas e confissões, mas também com grilhões, troncos e capitéis-do-mau. Ficamos sabendo pelos registros que os escravos enfermos quase invariavelmente recebiam uma dieta suplementar especial de frango, ovos ou carne, e que às vezes senhores e escravos trocavam pequenos presentes.<sup>68</sup> Tais atos, porém, eram depois meticulosamente registrados como parte da contabilidade de receitas e despesas, lucros e perdas.

A entrecortada linguagem contábil proporciona não só uma visão da escravidão como um negócio, mas também uma composição da história da vida de pessoas enquanto propriedade. Em meros lançamentos contábeis estão contidas as contradições do escravismo, como demonstram os seguintes registros.<sup>69</sup>

Por um negro chamado Miguel Bamba *ambullia* comprada a Antônio de Almeida  
 Ponto em 4 de novembro 45\$000  
 Por um negro, irmão do dito Pedro Bamba *ambullia*, comprada no mesmo dia 45\$000  
 Por 12 sítios [medida] de farinha de mandioca para os negros 7\$200

Três peças de algodão com 53 varas compradas [...] a 110 rs [réis] que comprei porque estavam a um bom preço para o uniforme dos escravos para a próxima safra.

Em 24 de novembro dei a uma partideira mulata por partelar duas negras paridas por galinhas, ovos e frangos para os escravos doentes 25\$780  
 Recebi por três negros que [...] foram vendidos a Santos de gastos prejudiciais ao engenho, após despesas

83\$720	A um negro que me trouxe um presente
\$160	A um capitão-do-mau que aprendeu ao escravo Caetano
8\$600	Para esmola à Irmãnhada de Nossa Senhora do Rosário [dos escravos]
\$980	Para doze varas de algodão para três mortais das escravas mortas
1\$680	

A produção açucareira com o emprego de escravos era de fato um negócio, mas como tal apresentava-se peculiar, colhido por atitudes e costumes e pelo torna-lá-dá-cá das relações sociais. No fechamento das contas nem tudo se expressava pelo saldo registrado no final da página. Não obstante, os senhores de engenho jamais deixavam de estar envolvidos da relação entre custos e retornos da mão-de-obra cativa, e concebiam os escravos em termos econômicos tanto quanto sociais. Em 1751, por exemplo, senhores de engenho baixos calcularam que a alimentação, o vestuário e a assistência médica e religiosa de um cativo importavam em cerca de 84\$400 anuais, ou seja, 8,4% do valor médio de um escravo adulto. Como os próprios senhores de engenho calcularam que um cativo podia produzir uma renda anual de 35\$500, mesmo subestimando a produtividade e superestimando as despesas, seriam preciosos apenas três anos e meio para que um escravo rendesse uma quantia equivalente ao seu preço de compra e manutenção anual.<sup>70</sup> Em outro exemplo, o administrador do Engenho Buranhém afirmou, em 1804, que com cada escravo gastava 40 réis diários em alimentação e 4 mil-réis anuais em vestuário. Outras despesas aumentavam o dispêndio total por escravo para 21\$253 anuais. Esse valor relativamente alto foi contestado pelos outros herdeiros do Engenho Buranhém, que alegaram que as duas camisas, duas ceroulas de algodão e o pano grosseiro usado como cobertor normalmente fornecidos aos cativos na Bahia custavam apenas 2 mil-réis anuais.<sup>71</sup> Ainda assim, podemos usar os valores informados para o Engenho Buranhém como um máximo e constatar que os gastos anuais com um escravo chegavam a aproximadamente 12% do preço de um escravo de lavoura do sexo masculino (cerca de 180 mil-réis). Cada um dos 47 cativos produzia em média 78 mil-réis por ano e, portanto, deduzindo-se os custos, ainda assim seriam necessários apenas três anos para recuperar a quantia paga pela compra do escravo. Com tais porcentagens, a escravidão permanecia incontestavelmente como uma forma lucrativa de emprego de mão-de-obra.<sup>72</sup>

A questão última da administração de um engenho era o lucro. Entretanto, nesse aspecto, como em outros pertinentes à contabilidade dessas propriedades, os registros são confusos ou fragmentários. As estimativas de lucratividade ou retorno do capital variam tanto que é difícil conciliá-las. Obviamente, os níveis de retorno modificaram-se ao longo do tempo e variaram em relação às mudanças nos custos dos fatores produtivos e nos valores dos produtos. Procurando demonstrar os males e iniquidades da economia de grande lavoura, estudiosos de nossa época, fundamentando-se em poucas evidências diretas, calcularam retornos entre 32 e 50% ao ano sobre o investimento em um engenho no século XVII como forma de condenar o açúcar e a escravidão pelas desigualdades sociais do Brasil e pela ausência de um desenvolvimento econômico posterior. Como vimos, porém, é difícil conciliar esses cálculos com os registros e relatos romanescentes daquele período, os quais indicam números muito menores.<sup>73</sup> Contudo, também esses últimos podem ser questionados, uma vez que reivindicações especiais induziam os senhores de engenho a descrever sua situação com tons invariavelmente sombrios.

O bom senso conduz à conclusão de que, embora os senhores de engenhos fossem constrangidos por uma grande proporção de custos fixos e vez por outra operassem com

prejuízo para conseguir pagar as dívidas e outras obrigações, a indústria açucareira baiana como um todo não operou com déficit durante períodos prolongados. Nas Antilhas britânicas, níveis de lucro de 5% eram considerados aceitáveis pelos senhores de engenho, e de 10%, excelentes. Julgo que níveis semelhantes fossem característicos da Bahia, embora em tempos de prosperidade pudessem ser obtidos retornos muito maiores.<sup>74</sup>

No século XVII, um retorno anual de 2 a 3 contos de réis sobre um engenho avaliados em 20 contos de réis, ou seja, um lucro de 10 a 15%, era considerado bastante satisfatório.<sup>75</sup> Tal ganho não era sempre atingido, nem mesmo pelos engenhos de grande porte. O Engenho Santana, em Ilhéus, operou com um nível muito inferior a esse durante o século XVIII. Entre 1730 e 1750, essa propriedade reteve no Colégio de Santo Antônio, em Lisboa, a quantia de 17.100\$522, ao passo que recebeu mantimentos no valor de 7.073\$577. Isso implica um saldo anual de 501\$349 durante esses vinte anos.<sup>76</sup> Estimando o valor desse engenho em 25.000\$000, sua taxa de retorno seria de apenas 2%. Mesmo se dobramos esse número para levar em consideração as vendas locais, o retorno sobre o capital não é nada extraordinário. Há indícios, porém, de níveis semelhantes nos dados referentes a 1635 do padre Estêvão Pereira, que calculou um retorno líquido anual de 565\$000 a 1.578\$000, o que, dividido pelo valor do Engenho Sergipe — 46.800\$000 — produz um retorno de 1,2 a 3,4% sobre o capital. Tais retornos são muito baixos e não parecem se condunar com o rápido crescimento apontado pela história dos primórdios da indústria açucareira, nem com a imagem da opulência dos senhores de engenho esboçada pelos primeiros observadores coloniais.

Boa parte do crescimento inicial da economia açucareira pode, com efeito, ser atribuída a um aumento da riqueza na forma de bens de capital, e não simplesmente ao fluxo de renda. A formação de um engenho era um processo de criação de capital. Muitos dos primeiros colonizadores obtiveram terras gratuitamente, por meio de concessões régias — as sesmarias — outorgadas a título de subsídios, visando especificamente a incentivar a economia açucareira. Após o desmatamento, o cercamento e a instalação de benfeitorias, a terra gratuita transformava-se em um valioso ativo. Erguiam-se construções, instalava-se marmaria e iniciava-se um rebanho. Sempre se podia ordenar aos escravos que desmatassem outra tarefa, construísssem um reservatório ou o sistema de águas ou coisas do gênero, e tudo isso aumentava a riqueza do proprietário sem necessidade de limitar o consumo corrente. Não dispomos de dados para calcular a razão entre riqueza e renda de um engenho ou de um grupo de engenhos durante o processo de formação, mas acredito que o valor dos ativos crescia mais rápido do que a renda. Isso indica uma alta taxa de poupança e um rápido aumento da riqueza individual.

Observadores contemporâneos notaram um padrão de acumulação que favorecia os ganhos de capital em detrimento de artigos de luxo ou de valiosos bens móveis. Em 1618, o autor dos *Diálogos das grandezas do Brasil* contrapôs o imigrante nas Antilhas, que retornava à metrópole carregado de riquezas, com o que vinha para o Brasil e acumulava sua fortuna principalmente em bens imóveis. Ao invadirem a Bahia em 1624, os holandeses reclamaram que as presas de guerra eram poucas. O comandante das forças portuguesas que tomaram a cidade no ano seguinte justificou o fato como sendo uma prova de que o investimento voltava-se para a escravidão e os negócios, e não como um sinal de pobreza.

A imagem da metamorfose "dos andrajais à riqueza" e a vida aparatosa dos senhores de engenho, tão profusamente descritas por clérigos e cronistas do século XVI, podem ter sido exageradas, mas existiram fatores nos primórdios da economia açucareira que possibilitaram a acumulação de riqueza. Naquele século, as terras eram geralmente obtidas através de sesmarias, sem basicamente nenhum custo para o concessionário e, como vimos neste capítulo, a terra era muitas vezes avaliada em metade do valor do engenho. Trabalhadores indígenas eram numerosos e baratos na década de 1560 e, embora sua substituição por africanos em fins do século elevasse o custo da mão-de-obra, isso era aparentemente compensado por aumentos na produtividade. Com a demanda e os preços em ascensão, instalou-

se um desenvolvimento rápido que atraiu recém-chegados, os quais se iniciaram na atividade com apenas uma pequena fração do capital necessário para o estabelecimento de um engenho. Isso lhes foi possível porque a terra era obtida por sesmarias e porque os comerciantes dispunham-se a conceder crédito para a aquisição de escravos e equipamentos, sob a garantia representada pela riqueza rapidamente crescente de um engenho em formação. Assim, o cálculo do retorno sobre o capital baseava-se provavelmente não no retorno sobre o valor total dos ativos, mas sobre a renda gerada pelo dinheiro desembolsado.

Fazendo uso novamente do exemplo do Engenho Sergipe em 1635, verificamos que a diferença entre a renda bruta anual e as despesas produzia uma renda líquida de 565 a 1578 mil-réis. Como já expliquei, esse já é um valor subestimado, pois as despesas incluíam gastos de capital. O valor total do engenho na época era calculado em 46.800 mil-réis, portanto mais da metade consistia no valor da terra. Em tal situação, o senhor de engenho podia então calcular seu retorno sobre o valor de sua propriedade excluindo a terra — neste caso, 22 contos de réis. Através desse cômputo, o retorno sobre o capital agora não é mais entre 1,2 e 3,4%, mas entre 2,6 e 7,2%. Se, adicionalmente, apenas uma fração do capital operacional fosse paga pelo senhor de engenho e o restante fosse fornecido na forma de crédito, mesmo com o pagamento de juros os lucros aparentes para o proprietário seriam ainda maiores. Entretanto, a riqueza do senhor de engenho crescia como resultado não só das transações comerciais mas também da formação de capital advinda do desenvolvimento da propriedade. Quando o Engenho Sergipe foi arrematado em pregão em 1638, o preço inicial foi o da avaliação original, 48.100 mil-réis, mas o lance vencedor, de Pedro Gonçalves de Mattos, foi de 61.200 mil-réis. O valor do engenho aumentara em média 3.272 mil-réis por ano entre 1634 e 1638.<sup>77</sup>

Por volta de 1600 as condições começaram a mudar. Não havia mais terras gratuitas adequadas para a cultura canavieira, a mão-de-obra indígena estava desaparecendo e os custos aumentavam. Como vimos no capítulo anterior, a taxa de construção de engenhos caiu de 5 para 2% ao ano no Brasil como um todo e para 1% na Bahia no período de 1538 a 1612. Somente a introdução de uma nova tecnologia, mais eficiente e barata, a moenda de três tambores, elevou a taxa de crescimento da fase que vai de 1612 a aproximadamente 1630. Já neste último ano o Brasil sofreu a primeira queda significativa nos preços do açúcar e enfrentava dificuldades causadas pela política e pela guerra. O crescimento após essa data foi intermitente, reagindo às forças de mercado e às ações políticas.

### O "MISTÉRIO" DO ENGENHO SERGIPE

A única escrituração que propicia um vislumbre do período inicial do desenvolvimento da economia açucareira é a do Engenho Sergipe. O problema é que ela mostra o funcionamento dessa grande propriedade com prejuízo, ou no máximo com um lucro modesto, em uma época em que, segundo todas as outras indicações, a atividade açucareira teria-se caracterizado por grandes retornos sobre o capital. Aparecei anteriormente como possibilidade a explicação dessa discrepância pela desatenção aos investimentos e ao aumento do capital e pelo confuso sistema contábil. Entretanto, a incongruência entre os registros do Engenho Sergipe ou do relatório do padre Estêvão Pereira e a história observada da indústria açucareira exigem também uma crítica desses próprios documentos, especialmente porque a maioria das análises modernas os vem tomando por base.<sup>78</sup>

O relatório "Dase razão da fazenda [...] de Estêvão Pereira, não foi escrito para descrever as operações de um engenho para a posteridade, nem por curiosidade científica. Foi, isto sim, um ato de autodefesa com o intuito de inocentar o autor das acusações de má administração — ou coisa pior — proferidas contra ele por seu sucessor. O padre Pereira administrara o Engenho Sergipe durante cinco anos (quatro safras) de 1629 a 1633. Em março de 1634, seu sucessor, o padre Sebastião Vaz, reclamou que o engenho estava em mau estado, a escravidão ociosa e sem controle, as relações com os lavradores vizinhos hos-

tis, e o mais grave, o engenho sobrecarregado de dívidas, disputas legais contínuas, enormes despesas e pouca receita.<sup>80</sup>

As queixas do padre Vaz e o mau estado do Engenho levaram o Colégio de Santo Antônio a instaurar um inquérito sobre as atividades do padre Pereira como administrador: este prestou depoimento em 1634, época em que estava vivendo em Coimbra. Adicionalmente, o padre submeteu sua contabilidade anual a uma comissão especial, designada para investigar as acusações contra ele. O relatório "Dase razão da fazenda que o collegio de Santo Antônio tem no Brazil, e de seus rendimentos" foi escrito como parte da autodefesa do padre Pereira, e deve ser considerado com cautela para efeito de seu uso como uma contabilidade imparcial e precisa das operações e despesas de um engenho. Em geral, poderíamos esperar que ele tendesse a subestimar os rendimentos e superestimar as despesas, procurando com isso justificar por que as condições haviam se tornado tão adversas. O padre Pereira foi especificamente acusado de não contabilizar uma quantia de 3.730\$810 e cerca de 275 arrobas de açúcar. Além disso, a comissão informou que mais de setecentos alqueires (25 toneladas) de farinha de mandioca e 150 galinhas por ano recebidos como pagamento de arrendamento não haviam sido registrados e não aceitou a explicação do padre Pereira de que, por serem esses itens usados para a alimentação dos cativos do engenho, eles não entraram em sua contabilidade. Ainda mais grave era a enorme dívida de 4.214\$978 que permanecera no passivo do engenho, embora o próprio padre Pereira houvesse prometido, em 1633, liquidar todas as hipotecas pendentes.<sup>81</sup> Apesar desse compromisso, foram contraladas novas dívidas, como a de 485 mil-réis junto a um carpinteiro por 22 meses de trabalho, a um exorbitante valor mensal de 22 mil-réis. O relatório do padre Pereira deve, pois, ser considerado no contexto de sua situação pessoal e do contínuo problema dos prejuízos sofridos pelo Engenho Sergipe no século XVII.<sup>82</sup>

Afigura-se fora de dúvida que o padre Pereira foi culpado de negligência na escrituração, ou até de uma certa escamoteação, mas parece improvável que os sucessivos prejuízos do Engenho Sergipe fossem devidos unicamente aos pecados particulares do padre. Com efeito, a própria contabilidade das finanças do engenho efetuada pelo Colégio de Santo Antônio demonstrou que, desde a época da aquisição dessa propriedade, ela apresentou continuamente perda de dinheiro e que, na verdade, os pequenos ganhos registrados pelo engenho durante duas das safras na administração do padre Pereira foram exceções em uma história caracterizada pelo prejuízo desde a data da aquisição da propriedade pela ordem. Essa situação levou os jesuítas, na época, e os historiadores, posteriormente, a formularem duas questões. Primeira, por que esse grande engenho, "Rainha do Recôncavo", apresentava prejuízos, e seria isso "típico" de propriedades açucareiras? E segunda, por que, se sofriam prejuízos, os jesuítas continuavam a manter a propriedade?

De certa forma, a primeira questão é mais fácil de abordar do que a segunda. O Engenho Sergipe apresentou prejuízo, ou pouco menos do que isso, durante longos períodos, e isso não ocorreu simplesmente em razão de contabilidade mal feita. Os gastos correntes ao mais das vezes excederam as receitas. A má administração pode ter estado subjacente ao problema, pelo menos em parte. Durante a disputa por esse engenho entre os jesuítas da Bahia e os de Lisboa, levantou-se a acusação de que os administradores enviados por Portugal eram inexperientes na condução de empresas agrícolas escravistas e que, quando esses homens finalmente conseguiram aprender alguma coisa, eram substituídos por outro sem experiência. Os administradores atribuíam a culpa a outro fator. O padre Vaz afirmou que o provincial e os reitores às vezes satisfiziam as obrigações do Colégio em detrimento do engenho, dando o seguinte exemplo:

[...] manda-me um dia chamar o padre provincial ao cubículo; acho nele a um cristão-novo chamado Diogo Ilhoa. E diz-me o padre as seguintes palavras: Bem sabe Vossa Reverência as muitas obrigações que este colégio tem ao senhor Iulão. Pede-me que lhe tome a Vossa Reverência um homem de sua obediência para caixeiro na cidade do qual eu tinha lá pouca satisfação como tive de João Domingues que tinha sido do padre Estevão Pereira.<sup>83</sup>

Tais decisões não eram tomadas para maximizar a eficiência e a produção do Engenho Sergipe, mas para satisfazer as outras obrigações e responsabilidades da Ordem dos Jesuítas. Neste sentido, esse engenho deve ser considerado como parte de uma estrutura mais ampla, semelhante, em certos aspectos, a uma companhia moderna e, como tal, seus déficits podiam ser compensados com ganhos auferidos em outros setores de atividade da companhia.

A questão do mau desempenho do Engenho Sergipe foi reconhecida e analisada primeiramente por Frédéric Mauro, que mostrou que esse engenho operou com déficit em dez das treze safras no período de 1622 a 1635.<sup>84</sup> Esse autor observou a natureza deficitária das operações do engenho e o fato de que as despesas excederam as receitas em cerca de 16% durante aqueles anos. Como vimos no capítulo anterior, esse período foi particularmente difícil para a indústria açucareira baiana, com a queda de preços de 1623, a invasão holandesa de 1624-5 e a subsequente fase de preços baixos até 1633. Alçados a essas dificuldades estavam os problemas peculiares ao Engenho Sergipe: o contínuo litígio e os custos legais acarretados pela disputa pela propriedade de dona Filipa de Sá, a contenda entre os colégios jesuítas e, talvez, a presença de um número excessivo de lavradores de terras que haviam adquirido suas propriedades quando o conde de Linhares vendera grandes extensões das terras circunvizinhas. Esses fatos ajudam a explicar por que os custos de manutenção, talvez, excessivos, e a produção, reduzida. Adicionalmente, existe a questão da conta contabilização das aquisições de capital, de modo que um déficit de 16% não representaria necessariamente uma descapitalização a longo prazo do engenho.<sup>85</sup>

As dificuldades dessa propriedade prosseguiram na década de 1640. Por volta de 1650, os jesuítas estavam tentando pôr as coisas em ordem. O padre Belchior Pires informou que naquele ano o Engenho Sergipe estava produzindo o melhor açúcar da Bahia e que ele esperava um lucro de mais de 2 contos de réis após o pagamento das despesas.<sup>86</sup> Suas esperanças eram prematuras: pouco tempo depois o padre Agostinho Louzado, provincial do Brasil, sugeriu que o colégio balano vendesse seus direitos sobre o Engenho Sergipe, devido aos seus maus resultados, e concentrasse seus esforços no Engenho Pitanga, de propriedade exclusiva do colégio baiano.<sup>87</sup>

Em 1660, a principal barreira legal entre os dois colégios jesuítas e a Misericórdia da Bahia já fora decidida, e os jesuítas de Santo Antônio passaram a tratar dos problemas mais graves do Engenho Sergipe. O padre Francisco Ribeiro encarregou-se de um exame completo. Afirmou que aquele era um engenho "real" em termos de tamanho, água, canaviais e terras, mas que não fora bem administrado. Sugeriu que todas as terras vendidas fossem "obrigadas" ao engenho para que o suprimento de cana e lenha fosse constante. Achava também que poderia ser poupado muito dinheiro em salários se os homens livres que trabalhavam em funções especializadas no engenho fossem substituídos por escravos multos e crioulos, que em dois anos compensariam em lucros o dinheiro gasto com sua aquisição. Criticava, além disso, os administradores anteriores por venderem ou arrendarem terras nas imediações, boas para a extração de lenha ou o cultivo de mandioca, e incorrerem em custos adicionais com a compra desses itens. As aquisições de lenha importavam em 3 mil cruzados por ano, quantia essa que poderia ser consideravelmente reduzida. Porém, para o padre Ribeiro, o problema era sobretudo o engenho: conseguir o controle direto dos canaviais, em vez de depender dos lavradores de cana. "O engenho que não tem canas próprias não tem alívio algum, este engenho até agora não teve canas suas, sendo que tem a maior comodidade para as ter que nenhum outro." Argumentava o padre que, durante os quatro ou cinco meses em que o engenho não moía cana, os escravos podiam trabalhar nos canaviais ou em roças de mandioca, nenhum dos quais o engenho mantivera no passado. Até então, o tempo decorrido entre as safras fora de ociosidade para os cativos e prejuízo para a propriedade. "Veja, Vossa Reverência, como ficou administrado este engenho, e há tantos anos."<sup>88</sup>

As sugestões do padre Ribeiro foram ouvidas e, na década de 1660, foi feito um es-

forço para aumentar a parcela de canaviais controlada diretamente pelo engenho. Até 1655, a propriedade dependera exclusivamente de cana fornecida pelos lavradores; em 1670, 38% do açúcar produzido pelo engenho foi fabricado com cana própria; por volta de 1700, a porcentagem ocasionalmente ultrapassou 80%. Após 1670, o Engenho Sergipe passou a depender dos lavradores de cana para uma proporção muito menor desse produto e, eliminando-os, conseguiu a dupla vantagem de manter uma grande parcela do açúcar produzido e de tornar os escravos mais produtivos e mais plenamente empregados durante todo o ano.<sup>89</sup>

Utilizando os registros não publicados juntamente com os publicados do Engenho Sergipe, é possível desenvolvermos um demonstrativo muito mais completo e revelador de sua lucratividade. A contabilidade existente, analisada na Tabela 23, pode ser agrupada segundo o período anterior à posse pelos jesuítas (1611-21), a época do controle jesuítico (1622-54) para o qual os registros foram publicados, a fase em que esses padres realizaram reformas específicas na administração da propriedade (1699-1723) e, finalmente, as décadas de 1740 e 1750. Apenas durante duas dessas épocas o engenho sofreu prejuízos contínuamente. Em 1669, após grande esforço para reduzir o número de lavradores de cana, aumentando, assim, a quantidade de açúcar controlada diretamente pelo engenho, a produtividade conseguiu um salutar lucro de 1,175 conto de réis. Houve prejuízo em 1680-1, ano de crise, mas em 1699-1700 o engenho voltou novamente a ter saldo positivo. Os registros das safras na Tabela 23 que restaram do período 1704-26 indicam um período de prejuízos nos primeiros anos do século XVIII, mas uma série de boas safras na segunda década desse século. Registrou-se um pequeno lucro na safra de 1722-3, mas em 1725-6 custos elevados provocaram um déficit de quase 1 conto de réis. Isso provavelmente marcou outra fase difícil, em que o Engenho Sergipe, assim como os demais engenhos baianos, sofreu com preços baixos, secas e más colheitas durante a década de 1730. Em 1734, o padre Luís da Rocha, escrevendo do Engenho Sergipe, lamentou que "chegasse o Brasil a tal ex-

Tabela 23  
Receitas e despesas do Engenho Sergipe, 1611-1754

Ano	Receita	Despesas	Saldo	Ano	Receita	Despesas	Saldo
1611-2	4.478	3.663	+ 815	1650-1	5.040	7.070	- 2.030
1612-3	2.937	3.166	- 229	1651-2-3	7.001	7.110	- 109
1619-20	4.069	3.342	+ 727	1669-0	6.998	5.881	+ 1.117
1621-2	6.584	4.479	+ 2.105	1680-1	4.791	6.193	- 1.402
1622-3	3.616	4.171	- 555	1706-7	4.012	5.283	- 1.271
1623-4	2.567	5.831	- 3.264	1707-8	5.050	3.912	+ 1.138
1624-5	—	Invasão holandesa	—	1708-9	3.368	4.216	- 848
1635-6	3.096	4.981	- 1.885	1709-10	4.787	3.818	+ 969
1626-7	4.928	6.491	- 1.563	1710-1	3.564	3.112	+ 452
1627-8	4.495	4.647	- 152	1711-2	6.973	3.818	+ 3.155
1628-9	3.686	5.113	- 1.427	1712-3	8.907	6.509	+ 2.399
1629-30	6.099	7.027	- 928	1713-4	6.538	5.182	+ 1.356
1630-1	4.565	5.311	- 746	1714-5	5.533	3.875	+ 1.658
1631-2	2.257	3.402	- 1.145	1715-6	4.112	4.008	+ 104
1632-3	4.609	3.920	+ 689	1722-3	3.830	3.207	+ 623
1633-4	—	—	—	1725-6	6.302	7.203	- 901
1634-5	4.968	3.253	+ 1.715	1745-6	1.861	2.957	- 1.096
1635-6	4.958	4.135	+ 823	1746-8	9.780	11.711	- 1.931
1636-7	3.638	3.997	- 359	1748-50	5.641	7.472	- 1.831
1637-8	7.339	9.585	- 2.246	1750-1	4.069	5.164	- 1.095
1638-9	5.427	7.485	- 2.058	1751-2	5.472	6.758	- 1.286
1643-4	3.061	2.067	+ 994	1752-3	2.929	3.508	- 579
1645-6	3.061	2.067	+ 994	1753-4	11.729	—	+ 11.729
1647-8	3.571	3.249	+ 322	1753-4	10.406	—	+ 10.406

Fonte: Livros de contas, Engenho Sergipe, todos em ANTT, salvo observação em contrário: 1611-3, março 14, n.º 4; 19, 1622-53, Documentos para a História do Açúcar, v. III, 1669-70, março 17, n.º 24; 1680-1, março 17, n.º 25; 1699-1700, março 17, n.º 27; 1704-6, março 17, n.º 28; 1705-16, março 17, n.º 29; 1722-4, março 17, n.º 30; 1725-6, março 17, n.º 31; 1745-8, março 54, n.º 30; 31; 1751-4, março 54, n.º 35; 54, 57.

trono da miséria que não aparece hoje uma pataca na praça, os frutos geralmente não valem nada. [...] O açúcar ninguém fala já nele. [...] O ouro, se algum vem das minas, é de passagem para Portugal e de Portugal para os reinos estranhos".<sup>90</sup>

Os problemas enfrentados nos períodos iniciais parecem, pois, ter sido relacionados com a história peculiar da propriedade, com o absentismo e a posse por clérigos resultando em má administração e excesso de lavradores de cana. Na década de 1730, o engenho e o resto da indústria enfrentaram preços desfavoráveis e clima adverso, e a propriedade jamais se recuperou totalmente. Em meados da década de 1740, era ainda um grande engenho, com 184 escravos, mas com um nível declinante de produção. Entre 1745 e 1754, voltou a apresentar déficits continuados.<sup>91</sup>

Apesar de sua importância como fonte de informação, o Sergipe do Conde não foi um típico engenho brasileiro. Não obstante, muitos dos problemas que enfrentou foram comuns a outros engenhos. O Engenho Piaçanga, comprado pelo Colégio Jesuíta da Bahia em 1643 e ampliado ao longo dos sete anos subsequentes, também passou por tempos difíceis na década de 1650, e alguns membros da ordem quiseram que fosse vendido em virtude de suas despesas excessivas e da alta taxa de mortalidade entre os escravos.<sup>92</sup> O padre Belchior Pires acorreu em defesa da propriedade, enfatizando que ela possuía terras excelentes e madeira em abundância para caixas e combustível, de modo que, ao contrário do Engenho Sergipe, que gastava 2 contos de réis por ano com esses itens, o Engenho Piaçanga era livre desses custos. Esse engenho, afirmou o padre Pires, poderia produzir um lucro líquido de 2,8 contos de réis por ano, mas "posto a vela como um galeão [...] os Superiores que foram se sucedendo e o desmastraram de tal sorte que o puseram no estaleiro por seu pouco zelo e inteligência". Os administradores não haviam cumprido sua obrigação, e o engenho andava permanentemente com escassez de capital, porque os encarregados não percebiam que "gastar o que é necessário para a fazenda vender não é gastar, mas aumentar a fazenda". Os senhores de engenho leigos, afirmou ainda o padre, cuidavam muito melhor de suas propriedades, e até mesmo os beneditinos administravam melhor seus engenhos, "tiram deles proveito, e nós dos nossos tiramos muita miséria".<sup>93</sup>

Finalmente, em seu memorando, o padre Pires expressou preocupação com o problema da mortalidade escrava. Embora fosse verdade que morressem numerosos escravos, o padre argumentava que os mortos eram com frequência africanos comprados recentemente e que eram velhos ou fracos ao chegar à propriedade. Outros, segundo acreditava, morriam por não receberem comida suficiente nem conseguirem suas próprias roças. E também era culpa dos próprios escravos: "Cinco feiticeiros haviam sido descobertos em Piaçanga e eram considerados culpados de diversas mortes. A mortalidade entre os cativos e a própria escravidão atormentavam as consciências de alguns jesuítas, e, quando em 1667 o reitor do Colégio baiano propôs a venda do Engenho Piaçanga, arrolou entre seus problemas não só os baixos lucros e a dificuldade de encontrar alguém com experiência e energia para administrar um engenho, mas também a própria escravidão. Operar um engenho era inconveniente devido à "inquietação de seu menço como por ser muito dificultoso tratar com escravos com a piedade que a religiosos convém".<sup>95</sup> Essa hesitação, porém, foi superada, e os jesuítas continuaram a gerir engenhos na Bahia e em outras partes do Brasil até sua expulsão em 1759. Em 1684, o Engenho Piaçanga produziu um retorno de 1,2 conto de réis para o Colégio da Bahia, e a parte deste último nos lucros do Engenho Sergipe foi de 600 mil-réis.<sup>96</sup> Durante o século XVIII, as receitas advindas do açúcar perfizeram cerca de um terço dos rendimentos do colégio baiano.<sup>97</sup>

#### RETORNOS E LUCROS

Os jesuítas olhavam com inveja os engenhos dos beneditinos na Bahia, e não sem razão, pois o Engenho São Bento dos Lajes e, mais tarde, o São Caetano quase nunca opera-

ram com prejuízo, nem mesmo durante o difícil período de meados do século XVIII. Como os jesuítas, os padres de São Bento possuíam, além de engenhos, fazendas de gado e de cana e propriedades urbanas.<sup>98</sup> Cada estabelecimento da ordem no Brasil sustentava suas atividades religiosas, educacionais e beneficentes com base em suas propriedades e investimentos. Os beneditinos da Bahia inicialmente moíam a cana que plantavam no Engenho Serripe, porém em alguma data após 1604 construíram sua própria moenda. Entre 1720 e 1723 estabeleceram um novo engenho, o São Caetano. Durante o século XVII, as receitas auferidas com o açúcar vez por outra compuseram quase 70% da renda dessa ordem na Bahia. Entretanto, após 1670, quando a indústria açucareira começou a enfrentar dificuldades, os beneditinos diversificaram suas operações, e a parcela dos rendimentos correspondente ao açúcar diminuiu para menos de um terço. Somente com o *boom* ocorrido em fins do século XVIII a proporção da renda gerada pelo açúcar e pela aguardente elevou-se aos níveis do início do século XVII.

Durante bons e maus períodos, os engenhos dos beneditinos na Bahia em geral apresentaram lucros, embora estes às vezes fossem pequenos. Sua história provavelmente é mais representativa da indústria do que a do Engenho Serripe. A Tabela 24 apresentava valores de receitas e despesas dos engenhos dessa ordem. O êxito dos beneditinos foi, aparentemente, consequência de boa administração, melhor tratamento dos escravos, resultando em taxas de mortalidade mais baixas e de fecundidade mais altas, e de economia de gastos. Além disso, ao contrário do Engenho Serripe, as propriedades dos beneditinos também produziram aguardente e melado em grandes quantidades para venda local na Bahia. Essas vendas perfizeram 10 a 20% da renda bruta durante a maior parte do século XVIII. A contabilidade dos beneditinos revela uma queda nas receitas em fins do século XVII, com ligeira melhora durante a recuperação ocorrida nas décadas de 1710 e 1720, após a Guerra de Sucessão espanhola. O declínio nos dois decênios subsequentes foi desastroso. Para as décadas de 1750 e 1760 não há dados disponíveis, mas nos anos 1770 já houve sinais de recuperação. Os últimos dois decênios do século foram anos de grande prosperidade para a indústria, decorrentes de altos preços e de mercados em expansão. As variações observadas na contabilidade dos beneditinos acompanharam aproximadamente as tendências da indústria como um todo, delineadas no capítulo anterior.

Por meio de algumas suposições racionais, podemos tentar estimar o retorno sobre o capital dos engenhos dos beneditinos. Supondo que os escravos compusessem cerca de um quarto dos bens de capital de um engenho, podemos calcular o valor da escravaria e, a partir daí, o valor do engenho como um todo. Dividindo a renda líquida anual pelo valor do capital, teremos a taxa de retorno. O Engenho São Bento apresentou um extraordinário retorno de 40,3% em 1652-6, mas em meados da década seguinte a taxa foi de 10,3%, caindo para 8,6% em 1700-3. O Engenho São Caetano superou o Lajes de décadas de 1720 e 1730, mas a taxa de retorno foi perceptivelmente declinante. Em 1723-6, o São Caetano apresentou uma taxa de retorno de 4,5%, enquanto o Lajes mal conseguiu cobrir as despesas.

Mudando agora de engenhos específicos para os padrões globais das propriedades açucareiras, podemos passar a duas tentativas de determinar a lucratividade da economia açucareira no final da era colonial. Em 1781, José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, homem de múltiplos interesses e idéias liberais, escreveu uma carta longa e pormenorizada a Domingos Vandell, diretor do Jardim Botânico Real em Lisboa.<sup>99</sup> A carta continha uma descrição da sociedade e da economia baianas, inclusive uma estimativa dos custos e lucros de um senhor de engenho. Silva Lisboa calculou que uma tarefa de cana produzia no mínimo dezesseis pães de açúcar, pesando cada um três arrobas, ou seja, 48 arrobas no total. Aos preços correntes, isso equivalia a 49 mil-réis, aos quais se podiam adicionar 9 mil-réis pelo melado. Se o engenho possuísse uma alambiqua para o fabrico de cachaca, poderia ganhar mais 700 réis. Portanto, uma tarefa de cana produzia 57\$700 de renda bruta. Um engenho com oitenta escravos, cinquentas deles plenamente aptos para o trabalho, podia cultivar cem tarefas de cana. O valor de tal engenho seria em média aproximadamente 24 contos de réis.

Embora Silva Lisboa soubesse que à renda bruta de 5.770\$000 tinham de ser subtraídas as despesas, ele acreditava que estas eram completamente recuperadas pela divisão do açúcar com os lavradores dependentes e pelo que estes pagavam pelo arrendamento da terra. Assim, calculava a taxa final de retorno com base na renda bruta, obtendo o patamar de 24%. Além dessa taxa, porém, ressaltava também que muitas pessoas iniciavam as operações com um desembolso de apenas 8 contos de réis, e para esses o retorno era muito maior. Infelizmente, a estimativa de Silva Lisboa para os custos operacionais é muito imprecisa, assim como seu cálculo de renda do engenho gerada pelos lavradores. Portanto, seu cômputo de 5.770\$000 para a renda líquida é altamente questionável em especial porque os poucos registros contábeis disponíveis desse período não indicam níveis tão elevados. A imprecisão da taxa de retorno estimada por Silva Lisboa é salientada pelo trabalho "Descrição econômica da comarca e cidade do Salvador", escrito por um autor anônimo por volta de 1790.<sup>100</sup> Composto para sugerir formas de incentivar a economia por algum com evidente experiência direta na Bahia, o trabalho apresenta números redondos que indicam tratar-se de estimativas e não de dados exatos. Não obstante fornece uma base de comparação. O autor anônimo afirmou que a Bahia possuía 170 engenhos, 150 deles em funcionamento. O valor médio de um engenho era de 40 contos de réis e, portanto, o estoque de capital dos engenhos importava em 6 mil contos de réis. A venda anual de açúcar e aguardente produzia uma renda bruta de 974 contos de réis, que, após deduzidas as despesas, resultava em uma renda líquida de 316 contos de réis, ou seja, 2,166 contos por engenho.<sup>101</sup> Isso significa um retorno líquido de 5,4% sobre o capital, ao qual podia

Tabela 24  
Receitas e despesas de engenhos dos beneditinos na Bahia, 1652-1800

Dados	Engenho	Escravos	Despesas (mil-réis)	Receita	Lucros	Média anual
1652-6	Lajes	87	13.373	44.239	30.866	7.717
1657-60	Lajes	113	5.960	20.020	14.060	4.687
1663-7	Lajes	115	5.527	14.076	8.549	2.850
1700-3	Lajes	117	3.450	14.356	10.906	3.635
1707-10	Lajes	111		9.769		
1711-4	Lajes		3.234	15.326	12.092	4.031
1714-23	Lajes		5.018	17.346	13.328	4.109
1726-9	Lajes	94	4.971	10.848	5.877	1.959
1732-6	S. Caet.	50	2.693	13.988	11.295	3.765
	S. Caet.	79	2.723	3.296	5.74	1.43
	Lajes	46	1.570	5.293	3.733	1.244
1736-9	Lajes		1.715	1.160	555	185
	S. Caet.		997	1.720	723	241
1764-6	Lajes		723	915	73	37
	S. Caet.		2.375	3.687	2.375	792
1765-8	Lajes		1.312	3.770	2.382	794
	S. Caet.		1.388	9.168	7.407	2.469
1769-72	Lajes		1.761	2.19	658	
	S. Caet.		1.448	2.106	2.106	2.027
1777-80	Lajes		1.629	7.709	6.080	
	S. Caet.		5.066	2.391	2.391	797
1780-3	Lajes		2.675	7.426	5.800	634
	S. Caet.		1.626	6.051	1.903	634
1783-6	Lajes		12.118	9.307	9.307	3.102
	S. Caet.		2.811	4.406	2.722	907
1785-9	Lajes		4.287	11.459	7.172	2.390
	S. Caet.		2.121	3.859	5.79	579
1789-93	Lajes		4.936	9.765	4.859	1.619
	S. Caet.		3.453	11.196	7.743	2.581
1796-1800	Lajes		5.335	23.140	17.805	5.935
	S. Caet.		2.674	6.369	3.695	924
	S. Caet.		7.555	31.703	24.148	6.037

Fonte: Arquivo Distrital de Braga, Congregação de São Bento, 136-7.

se adicionar 1% das vendas locais. Uma vez que a taxa de juros corrente sobre empréstimos era de 5%, a indústria estava ganhando aproximadamente 2% a mais do que isso. Quando, em fins da década de 1790, a renda líquida apresentou alta acentuada, as taxas de retorno mantiveram-se com certeza bem acima de 6,4%, mas tanto as descrições gerais quanto a escrituração dos engenhos indicam um retorno entre 5 e 10% durante boa parte do século XVIII.<sup>102</sup>

Qual foi, então, o retorno sobre o capital da indústria açucareira baiana? A resposta deve ser: um retorno que variou amplamente entre os diversos períodos e entre os engenhos individualmente. Tudo indica que os baixos retornos verificados para os Engenhos Seripe e Santana não caracterizaram a indústria ao longo de períodos prolongados. Fosse quais fossem as vantagens sociais trazidas pela posse de um engenho, os proprietários não teriam permanecido no negócio por muito tempo sob tais condições. Embora houvesse restrições sobre a flexibilidade e a modalidade do capital na economia açucareira que às vezes obrigavam os senhores de engenho a operar com prejuízo, a situação não era tão ruim como eles apregoavam. Por outro lado, apesar de ter havido períodos de grandes lucros que trouxeram crescimento e fortunas à indústria, a imagem de vida luxuosa e inacreditável riqueza é também errônea. A indústria açucareira provavelmente não foi nem tão rica nos bons tempos, nem tão pobre nas épocas difíceis como o descrito por contemporâneos e historiadores.

Ao aumentarem os níveis de produção no século XVI, os estudiosos modernos fizeram parecer ainda mais formidável o declínio da indústria e seus efeitos prejudiciais ao Brasil. A estimativa de produção de mais de 1 milhão de arrobas no Brasil em 1600, apresentada por Simonsen, ou a de mais de 2 milhões calculada por Furtado, foram demasiadamente elevadas e conduziram a uma série de erros de cálculo quanto à produtividade, à riqueza e ao desenvolvimento econômico.<sup>103</sup> Furtado, por exemplo, acreditava que no início do século XVII podiam-se obter retornos líquidos sobre o capital superiores a 80% em anos favoráveis, e que o setor açucareiro era um *enclave* com pouquíssima relação com o restante da economia. Achara também que apenas 3% da renda gerada pelo açúcar eram destinados ao pagamento de salários e a aquisição de produtos locais, e que a classe dos senhores de engenho, que controlava 90% da renda, era imensamente rica. Assim, com a riqueza concentrada em suas mãos, esses proprietários gastavam prodigamente em artigos luxuosos e novos escravos, cujo trabalho aumentava seu lucro sem conduzir ao crescimento econômico ou à mudança estrutural. Na visão desse autor, o declínio constante abateu-se sobre essa economia a partir do século XVII, quando o Nordeste brasileiro perdeu sua grande fatia do mercado internacional de açúcar, embora os custos fixos mantivessem os senhores de engenho no negócio.<sup>104</sup>

A imagem de sombra decadência evocada por tal interpretação deve-se em grande medida a erro no cálculo dos lucros do período inicial, bem como à descrição excessivamente negativa das épocas posteriores. O declínio iniciado no século XVII não foi constante. Uma parcela do mercado atlântico permaneceu disponível para o Brasil mesmo na difícil fase de meados do século XVIII, e houve períodos de expansão, como os das décadas de 1760 e 1790, em que as esperanças renasceram. O açúcar brasileiro supriu cerca de 8% da demanda europeia no decênio de 1770, e passou a quase o dobro — 15% — na década de 1790.<sup>105</sup> Em tempo nenhum, de 1600 a 1800, o valor de qualquer outro produto, inclusive o ouro, ultrapassou o valor do açúcar entre as exportações brasileiras. O açúcar permaneceu como a principal atividade econômica da Bahia por todo o período colonial.

A ênfase nas flutuações do comércio açucareiro de exportação concentrava as atenções nos aspectos externos da economia brasileira, mas a atividade açucareira estava intrinsecamente ligada a outras áreas da economia regional.<sup>106</sup> Os engenhos incentivavam a produção primária, consumiam matérias-primas e mão-de-obra especializada e sem especialização, além de fornecerem, em pequena escala, açúcar e seus subprodutos aos consumidores da própria colônia. Furtado e outros autores menosprezaram essas ligações inter-

nas, mas elas são importantes para a compreensão de como a indústria açucareira enfrentou os períodos difíceis sem que ocorressem mudanças radicais em sua estrutura.

A medida que cresceu a população e diversificou-se a economia, as vendas locais de açúcar e seus subprodutos tornaram-se cada vez mais importantes para a indústria. Ao fim do século XVII, 3 a 4% do açúcar produzido na Bahia era consumido localmente. Essa porcentagem com certeza cresceu com o aumento populacional ocorrido no século seguinte.<sup>107</sup> Salvador, a maior cidade brasileira durante boa parte da era colonial e um grande centro urbano ao longo de todo o período, constituiu-se em um mercado concentrado para o açúcar e a aguardente locais. Em 1757, havia 39 destilarias na cidade e mais 32 no Recôncavo, e todas produziam aguardente, boa parte da qual consumida localmente.<sup>108</sup> O melado tornou-se produto essencial nos engenhos baianos. Gonzalo Marinho Falcão afirmou claramente em 1763 que "necessidade de haver neles como todos sabem é notória".<sup>109</sup> Em períodos de preços especialmente baixos para o açúcar, os senhores de engenho podem ter refrutado a produção de açúcar branco para concentrar-se no fábriço de melado e aguardente para o mercado local. De certa forma, os balanos bebedores apresentavam-se como alternativa aos açucareiros dos europeus.

A venda de aguardente era apenas uma parte das atividades que crescentemente colocaram o setor açucareiro baixo em posição fundamental no seio da economia da região. Ao contrário das ilhas produtoras de açúcar das Antilhas, onde o nível de importações, inclusive de gêneros alimentícios, permaneceu elevado, o Brasil, com sua vastidão, seu clima e topografia diversificados e seu potencial para expansão proporcionava condições para um encadeamento cada vez maior entre o setor açucareiro e outras áreas da economia. As importações sempre compuseram parcela significativa dos custos na indústria açucareira, especialmente devido à necessidade de artilharia de artilhos produzidos localmente — marteira, tijolos, telhas, formas, óleo de baleia e o pagamento de mão-de-obra — perfizavam pelo menos dois terços dos gastos anuais. Ademais, a proporção do dispêndio com a aquisição de artilhos importados tendeu a declinar, como mostra a Tabela 22. Com exceção dos números inflacionados da estimativa geral para 1751, a contabilidade dos engenhos referente ao final do século XVIII indica níveis mais baixos de custos de materiais que os verificados. Podem explicar essa mudança uma melhor administração e uma crescente capacidade de obter localmente alguns produtos em vez de depender de importações. Embora o cobre, o ferro e o aço nunca fossem obtidos localmente, muitos outros produtos o eram, e os senhores de engenho passaram a depender da mão-de-obra especializada e dos artilhos locais.

As áreas de grandes lavouras açucareiras foram apontadas como exemplos clássicos de economias de *enclave*, nas quais a monocultura agrícola de exportação produziu apenas um impacto mínimo sobre as economias regionais ou nacionais. No caso baiano, é difícil comprovar-se essa interpretação. Os fluxos de renda dos engenhos para outros setores da economia através da aquisição de gêneros alimentícios, mão-de-obra qualificada, madeira e outros suprimentos representavam grandes transferências de recursos. A pecuária do sertão foi, desde o início, uma atividade subsidiada diretamente pela economia açucareira em desenvolvimento. No século XVIII, a criação de gado já perseguia sua própria trajetória de crescimento, baseada no fornecimento de carne para áreas povoadas e de couro para o mercado externo, bem como na reposição de reses dos engenhos. A indústria do fumo baiano, a mais importante no Brasil, dependia do melado para o beneficiamento do fumo de qualidade inferior para atender à preferência dos compradores africanos. A disponibilidade desse subproduto do açúcar deu aos produtores baianos uma vantagem comparativa sobre outros fornecedores dos portos da África.

A recusa de muitos senhores de engenho em cultivar alimentos em suas terras incentivou o desenvolvimento de áreas inteiras na parte meridional do Recôncavo e também mais ao sul, onde a agricultura organizou-se em função do mercado representado pelos en-

engenhos do Recôncavo e pela cidade de Salvador. Jaguaripe, Maragogipe e, mais tarde, Nazaré "das farinhas" tornaram-se centros de pequenos e médios produtores, que empregavam de um a dez escravos, muitas vezes juntamente com o trabalho familiar. Essa não foi uma produção camponesa, e sim uma agricultura comercial em pequena escala, acenadamente voltada para a economia açucareira. Nos engenhos onde se permitia aos escravos cultivar suas próprias roças, parte de sua produção também se dirigia aos mercados locais, ligando os cativos à economia monetária como produtores e consumidores.

Os encadeamentos entre o setor açucareiro e o resto da economia baiana foram variados, contínuos e profundos.<sup>110</sup> Originalmente, a produção do açúcar demandava um alto nível de importações de materiais e mão-de-obra especializada, e as classes dos senhores de engenho importavam também mobília, vestuário e outros bens "de consumo", mas muitos desses itens passaram a poder ser adquiridos na própria colônia. Em épocas de preços baixos e, portanto, de retornos reduzidos sobre o capital, os senhores de engenho encontravam maneiras de substituir os artigos importados, ao passo que em tempos prósperos, como em fins do século XVIII, a demanda por vinhos finos e pianos ingleses aumentava.<sup>111</sup> Usando a terminologia da teoria do desenvolvimento, os "encadeamentos para trás" entre o setor açucareiro e os produtores de outras atividades de que ele necessitava eram sólidos, e o açúcar estimulava o crescimento de outras atividades. Um "encadeamento fiscal" tornava-se possível por meio da taxaço do fluxo de renda gerado pelo açúcar, mas as receitas não eram reinvestidas na colônia, sendo usadas para o pagamento das dívidas, guerras e extravagâncias da Corte portuguesa. O governo colonial não usou essas receitas para promover o desenvolvimento econômico. A indústria açucareira baiana também não criou sólidos "encadeamentos para a frente". Não se desenvolveram refinarias na colônia, em parte porque os próprios engenhos as excluíam ao produzirem açúcares barreiros, e em parte devido à dependência econômica de Portugal com relação a seus parceiros comerciais europeus. Os senhores de engenho não se esforçaram pela construção de estradas ou outros melhoramentos no transporte, e poucos procuraram, ou puderam, embarcar seu produto por conta própria, sem mencionar assumir os riscos associados à remessa e comercialização. A distância, a tecnologia e a predileção afastaram os produtores de açúcar de uma participação em todos os aspectos da economia desse produto, que poderia ter conduzido a um maior desenvolvimento.

Ponderadas as flutuações da indústria açucareira, esta revelou-se em essência um negócio lucrativo para os senhores de engenho. O fracasso dessa atividade em propiciar um crescimento contínuo resultou, aparentemente, não das deficiências ou ausência de lucratividade da mão-de-obra escrava, mas da política governamental, que taxava a indústria mas não empregava as receitas a serviço dos objetivos de crescimento contínuo. Resultou também da natureza da organização comercial do produto, que se manteve orientada para a metrópole e dependente desta. A despeito desses obstáculos, a indústria açucareira incentivou uma grande variedade de outras atividades econômicas na colônia, o que produziu uma sociedade que refletia as hierarquias do engenho. Trataremos, a seguir, dessa sociedade.